



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

A CLASSE OPERÁRIA

Ano
Viva a revolução
A letra viva
do socialismo.

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - nº 196 - 15 de dezembro de 2000 - R\$ 1,00



Fidel Castro recebe os brasileiros em Havana

Delegação do PCdoB visita Cuba socialista

Uma delegação do PCdoB – integrada pelo vice-presidente, Renato Rabelo; pelo secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho; e por Jamil Murad, deputado estadual (SP) e membro do Comitê Central – esteve em Cuba para uma visita a convite do PC cubano. “Nossa delegação teve uma programação intensa em Cuba, inclusive com

dois encontros com Fidel Castro. Esta visita reforçou ainda mais o compromisso do PCdoB com a defesa da revolução cubana e com o apoio e solidariedade ao seu povo. Nossa delegação voltou entusiasmada com as posturas do PC cubano e seu compromisso com a edificação da sociedade socialista”, conta Renato Rabelo. Veja a íntegra da entrevista na **página 9**



Lançamento de Antônio Abreu, do PCP, em São Paulo

Emigrantes poderão votar para presidente de Portugal no Brasil

Nos dias 12, 13 e 14 de janeiro realiza-se no Brasil a eleição para presidente da República de Portugal. Pela primeira vez os emigrantes vão participar neste processo eleitoral e, também pela primeira vez, vão depositar o voto nas urnas instaladas no Consulado onde cada eleitor está recenseado, o que atende a antiga aspiração da emigração portuguesa.

No dia 16 de dezembro foi lançada em São Paulo a candidatura de Antônio Abreu pelo Partido Comunista Português, que procura assegurar no debate eleitoral os valores, propostas e projetos do PCP para a sociedade portuguesa e contribuir desse modo para dar mais força à alternativa de esquerda na política nacional e para as comunidades portuguesas. Antônio Abreu é engenheiro químico e membro reeleito do Comitê Central do

PCP. É vereador da Câmara Municipal de Lisboa e destaca em sua plataforma o valor do direito ao trabalho e do trabalho com direitos como eixo democrático essencial e um fator indispensável à valorização humana e ao progresso do país. Trata-se de uma candidatura que se pronuncia sem hesitação pelo primado do interesse público e nacional. No ato de lançamento da candidatura estiveram presentes, além de muitos convidados da colônia portuguesa, o representante do PCP Alexandre Pereira; do PCdoB, Pedro de Oliveira; do PCB, Edmilson Costa; e do PT Clara Charf.

Os interessados em entrar em contato com a Comissão de apoio à candidatura no Brasil poderão ligar para (11) 2143766 – ramal 29 e falar com o sr. Alexandre Leal, de segunda a sexta, das 9h30 às 12 horas.

2001: construir um projeto para mudar o rumo do Brasil

O processo sucessório precipita-se. A vitória oposicionista nas eleições municipais criou uma situação de estresse entre os governistas, com o contínuo esgotamento do governo de FHC, que perde autoridade e vive a incerteza do processo econômico e social. Na oposição vão aparecendo iniciativas e diferenciações visando o processo sucessório.

O PCdoB reafirma sua proposta de uma frente de centro-esquerda, com a esquerda ampliada como seu núcleo, defendendo a reestruturação nacional, o reforçamento da democracia e a recuperação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas. Este projeto só é possível com uma nova inserção nas relações internacionais, o que coloca a questão nacional em destaque.

O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho pode ser atualizado e ampliado para ser o instrumento da unidade dos que se contrapõem ao projeto neoliberal de Fernando Henrique e das elites dirigentes. A unidade não será construída somente a partir das articulações políticas. É fundamental e imprescindível a base de mobilização de massas, que respalde as propostas e faça avançar setores vacilantes que persistam em caminhos exclusivistas.

O PCdoB trabalha para criar um ambiente e um fórum de debate e diálogo visando a elaboração de um projeto para o Brasil que tenha como centro os interesses do povo e da nação. Nesse ambiente, sem vetos, encontraremos os pontos comuns que levem

à união das forças necessárias para alcançar a vitória. A plataforma da oposição não depende apenas de um partido, mas do conjunto das forças oposicionistas. A unidade – sua construção

e seu fortalecimento – é um processo de busca de um novo projeto comum para o Brasil.

Leia o artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, na **página 3**

FHC termina o ano cercado de denúncias

Fernando Henrique Cardoso ingressa no penúltimo ano do segundo mandato em meio a denúncias que envolvem os personagens mais evidentes que o cercam ou que fizeram parte de sua equipe nos últimos anos. O presidente está na companhia permanente de várias quadrilhas.

Complicadíssimo, FHC en-

frenta sérias dificuldades para assumir a posição de árbitro nas disputas da Câmara e do Senado.

Enquanto isso, um sujeito passado persegue o presidente. Os elementos que o cercaram ao longo de sua vida pública não param de ameaçá-lo com novas exigências ou com a fantasmagoria de novas revelações. A mais grave sombra é a de Eduardo Jorge Cal-

das Pereira em cuja homenagem realizou-se o acordo entre o governo e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, foragido durante 227 dias.

Nicolau, que dispõe de informações intrigantes, teve o privilégio de escolher até mesmo o esquema policial para sua rendição, com direito à simulação e proteção especial. **Leia na página 4**

A ação institucional e o projeto socialista

A atuação dos comunistas, nas diferentes frentes a que estão chamados a se fazer presentes, tem como centro orientador a definição estratégica do programa do PCdoB que indica: “na encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil somente o socialismo científico... pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem estar para o povo”

Levando em conta o novo quadro político surgido das eleições favorável às correntes antineoliberais e considerando que o Partido assume novas (e até inéditas) responsabilidades políticas e administrativas, se faz necessária a contribuição para a administração dos quase 250 municípios onde os comunistas ajudaram a eleger prefeituras democráticas.

Seminário de vereadores comunistas, em Belo Horizonte, discutiu a atuação do mandato abordando o impacto das políticas neoliberais nos municípios, as responsabilidades dos vereadores e o processo legislativo, e o significado do projeto socialista.

Leia nas páginas 6 e 7



Desenho de E. Couto

Respostas às perguntas mais frequentes

Estamos inaugurando uma nova sessão na **Classe Operária**: *Respostas às perguntas mais frequentes*. São muitas as questões que recebemos por cartas e, principalmente, pelo correio eletrônico. Na medida do possível respondemos a todas as mensagens. Os missivistas querem esclarecimentos sobre a história e a política do PCdoB, sobre as orientações e análises do Partido a respeito do momento político, a respeito do movimento popular, juvenil, estudantil, sindical e feminista, a respeito

de desafios do socialismo e da análise dos comunistas sobre o neoliberalismo. Muitas vezes, os questionamentos visam a embasar trabalhos e pesquisas escolares.

As respostas, elaboradas pela redação da **Classe**, baseiam-se em documentos do Partido e pronunciamentos dos dirigentes e parlamentares. Esperamos que a nova sessão satisfaça aos nossos leitores e atenda aos anseios dos questionadores.

A redação

Quais são e como entrar em contato com os deputados federais do PCdoB?

AGNELO QUEIROZ

PCdoB/DF.

Câmara dos Deputados, anexo III, gabinete 379.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5379 /318-4379

Fax: (61) 318-2379

INTERNET

Página Eletrônica: <http://www.solar.com.br/~agnelo>

Correio eletrônico: dep.agneloqueiroz@camara.gov.br

ALDO ARANTES

PCdoB/GO.

Câmara dos Deputados, anexo II, sala T-12

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5184 /318-5185

Fax: (61) 318-2124

INTERNET

Correio eletrônico: lid.pcdob@camara.gov.br

ALDO REBELO

PCdoB/SP.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 924.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5924 /318-4924

Fax: (61) 318-2924

INTERNET

Página Eletrônica: <http://www.camara.gov.br/aldorebelo>

Correio eletrônico: dep.aldorebelo@camara.gov.br

HAROLDO LIMA

PCdoB/BA.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 456.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5456 /318-4456

Fax: (61) 318-2456

INTERNET

Página Eletrônica: <http://www.haroldolima.com.br/>

Correio eletrônico: hlima@solar.com.br

dep.haroldolima@camara.gov.br

INÁCIO ARRUDA

PCdoB/CE.

Câmara dos Deputados, anexo III, gabinete 482.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5482 /318-4582.

Fax: (61) 318-2582.

INTERNET

Página Eletrônica:

<http://www.inacioarruda.com.br/>

Correio eletrônico: acioarruda@camara.gov.br

JANDIRA FEGHALI

PCdo B/RJ.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 443.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5443 /318-4443.

Fax: (61) 318-2443.

INTERNET

Página Eletrônica: <http://www.jandira.org.br/>

Correio eletrônico: jandira@solar.com.br

dep.jandirafeghali@camara.gov.br

JANDIRA FEGHALI

PCdo B/RJ.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 443.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5443 /318-4443.

Fax: (61) 318-2443.

INTERNET

Página Eletrônica: <http://www.jandira.org.br/>

Correio eletrônico: jandira@solar.com.br

dep.jandirafeghali@camara.gov.br

SÉRGIO MIRANDA

PCdoB/MG.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 462.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5462 /318-4462.

Fax: (61) 318-2462.

INTERNET

Página Eletrônica

<http://www.sergiomiranda.org.br>

Correio eletrônico: dep.sergiomiranda@camara.gov.br

SOCORRO GOMES

PCdoB/PA.

Câmara dos Deputados, anexo II, sala T-12

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5184 /318-5185

Fax: (61) 318-2124

INTERNET

Correio eletrônico: lid.pcdob@camara.gov.br

TÂNIA SOARES

PCdoB/SE.

Câmara dos Deputados, anexo II, sala T-12

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5184 /318-5185

Fax: (61) 318-2124

INTERNET

Correio eletrônico: lid.pcdob@camara.gov.br

VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/AM.

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 735.

Cep: 70160-900.

Brasília/DF, Brasil.

Telefones: (61) 318-5735 /318-4735

Fax: (61) 318-2735

INTERNET

Correio eletrônico:

dep.vanessagrazziotin@camara.gov.br

Mens@gens

Jacson G: A **Classe Operária**, como instrumento de conscientização, é fundamental na luta política, principalmente neste momento de baixo nível cultural e defensiva do socialismo, por isso acho que devemos ampliar a influência do jornal, criando metas de assinaturas por Estado.

Tadeu T: Fernando Henrique é o maior e único responsável pelo descalabro institucional e moral em que o país se encontra mergulhado, verdadeira avalanche de escândalos e falcatruas de toda sorte.

Romeu C: Gostaria de saber como ficou o quadro político dos deputados federais pelo Partido depois das eleições municipais e de saber como posso conseguir material de formação do Partido, como vídeos ou coisas do gênero.

Joao G: Favor enviar-me as resoluções da última reunião do Pleno do Comitê Central, para que possamos aplicá-las aqui no Estado.

Leonardo M: Gostaria de saber como me filiar ao Partido.

Bruno de M: Gostaria de saber o endereço e o telefone da sede do PCdoB em Santa Maria.

Marcos P: Gostaria de parabenizar vocês pelo excelente jornal. Estou começando a preparar minha monografia sobre o jornal **A Classe Operária** e a imprensa sindical.

Mariana S: Preciso fazer um trabalho sobre as mulheres na política no Estado de São Paulo.

José C: Favor enviar mensagens a respeito das novidades.

Antenor C: Quais as diferenças básicas entre o PT e o PCdoB?

Jan V: Parabéns aos comunistas brasileiros, um partido tão "jovem nas idéias" e já com tantas responsabilidades neste início de século.

Rodrigo B: gostaria de ter mais informações sobre a filosofia do Partido.

Claudio M: Gostaria muito de fazer parte deste movimento social que é este Partido.

Maria: Gostaria de obter informações sobre a opinião do PCdoB a respeito da LDB de 96 e suas possíveis implicações no momento político.

Cesar N: Gostaria de obter informações quanto à participação do Partido na Prefeitura de São Paulo.

Jackson G: O site está muito interessante, contribuindo para um melhor conhecimento do Partido e de suas políticas, porém entendo que devemos aperfeiçoar os métodos tradicionais de divulgação, como o jornal **Classe Operária**.

Augusto: Queria saber se vocês não poderiam me indicar um site da Internet onde eu possa pegar a música da Internacional cantada em português.

Adilson F: Quero parabenizar os camaradas do Partido pela grande vitória das forças de esquerda no país.

Frederico P: Sou divulgador das idéias marxistas, e a faço enviando cartas para vários outros jornais e revistas.

Everton G: Gostaria de saber qual o

endereço do comitê municipal de Foz de Iguaçu.

José R: Acabei de me filiar ao PCdoB e queria saber se existe alguma organização de base no meu trabalho.

João C: Está provado: O desconto dos Inativos não é justo.

Andre B: É nosso dever libertar Mumia Abul Jamal, prisioneiro da consciência, da pena da morte nos Estados Unidos.

Gilberto G: Estou com receio de nosso país estar entrando em uma guerra que não é nossa. Falo a respeito do "Plano Colômbia". Quero estar a favor da América Latina.

Silvio Q: Guardo no coração a saudade e na mente os ensinamentos deixados pelo Rogério Lustosa. Ler a última edição da **Classe** foi como escutar de novo sua voz amiga.

Laercio H: Parabéns pela página na Internet! Gostaria de poder contar com sua prestigiosa ajuda no sentido de fornecer material sobre as características e ideologia do PCdoB.

Maria C: Gostaria de saber sobre a Guerrilha do Araguaia. Aguardo sua resposta. Ficarei grata se recebê-la, pois vai me ajudar no trabalho e a fazer uma peça de teatro.

Roberto E: Gostaria de saber qual a diferença entre militante e filiado e entre PCdoB e PCB. Venho agradecer a atenção que vocês têm tido em responder meus questionamentos.

Gabriel M: Gostaria de receber uma copia do livro "Os desafios do socialismo no século 21".

Pedro P: Gostaria que a página do Partido contasse com textos clássicos do marxismo-leninismo.

José A: Acompanho com frequência a página do PCdoB, gostaria de receber os textos via correio eletrônico.

Pedro E: Dentro do governo FHC, favor citar 3 medidas econômicas que comprovem o neoliberalismo.

Glauber B: Gostaria de me filiar ao PCdoB, pois suas idéias conferem com as minhas.

Francisco C: É com imenso orgulho e emoção que me comunico pela primeira vez. Desde muito tempo tenho lutado em minha vida por causas mais justas e a extirpação das desigualdades sociais.

Anchieta P: Não quero nenhum temor, nem quero mais ser sonhador

Arlindo C: Estamos esperançosos de oportunizar o povo com a criação de um Partido político histórico e de tradição. Acompanhamos via Internet o trabalho do PCdoB, sendo que estamos há dois anos coordenando grupos de estudos com textos via Internet.

Sandro M: Parabéns pela excelente página na Internet. Gostaria de receber textos do camarada Enver Hoxha.

Sérgio M: Gostaria de ver uma maior atuação do Partido Comunista junto ao movimento de software "open Sources", o movimento de liberdade na informática.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco Black. Administração: Francyrose de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412.

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcdob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

PCdoB

Combater o neoliberalismo construindo um projeto para o Brasil que aglutine os mais amplos setores oposicionistas

RENATO RABELO*

São visíveis os traços de deterioração social e impasses políticos no quadro mundial. As principais economias do mundo vivem um processo de desaceleração. Um novo período de turbulência pode acontecer, desta vez nos países industrializados. Nos Estados Unidos ocorre um arrefecimento econômico, com redução da lucratividade dos bancos e corporações, resultando na instabilidade do mercado acionário. O índice Dow Jones caiu 13% em dez meses, o que significa a perda de bilhões e bilhões de dólares. O índice Nasdaq caiu mais de 22% nesse período. Também as bolsas de Tóquio e Londres sofreram quedas, de 21,5% e mais de 11%, respectivamente. O presidente do Federal Reserve dos Estados Unidos, Alan Greenspan, deu sinal de que poderia alterar a atual política monetária, visando reverter esse quadro. O impacto da desaceleração econômica dos EUA terá fortes conseqüências no mundo, independentemente de ser um "pouso suave" ou um "pouso abrupto". Outro fator de incerteza e instabilidade na conjuntura econômica mundial é o desalinhamento das moedas centrais (dólar, iene e euro).

Simultaneamente, os Estados Unidos vivem uma crise de legitimidade com o impasse do resultado das eleições presidenciais. Até mesmo o Washington Post fala em "crise" política no país, que estaria caminhando para uma ordem institucional desconhecida, algo inédito nas sucessões presidenciais norte-americanas. No Oriente Médio, os desdobramentos da guerra árabe-israelense têm grande repercussão mundial. Na América Latina, o Plano Colômbia enfrenta uma resistência de amplitude – é contestado por praticamente todos os países do subcontinente, e mesmo na própria Colômbia enfrenta dificuldades. A região vivencia um esgotamento do modelo neoliberal, na forma em que vem sendo aplicado.

No Brasil, a retomada do desenvolvimento é bastante limitada. A economia tornou-se mais dependente e vulnerável e, em conseqüência, mais instável. O governo busca desesperadamente atrair capitais externos para fechar o balanço de pagamentos, o que exige superávit maior e mais polpudo. O superávit anunciado no início do ano, de mais de 4 bilhões de dólares, era pura fantasia. Não se realizou e, o que é pior, provavelmente o país terá um déficit de mais de 1 bilhão de dólares. O governo continua apostando nas privatizações e na maior liberalização do comércio como único caminho para enfrentar o problema. Mas isso tem levado a um círculo vicioso terrível – mais e mais estatais são privatizadas, as fronteiras do país são escancara-

das ao capital externo e no entanto o déficit se mantém... Mesmo o fato alardeado pelo governo de que as privatizações abatem a dívida interna revelou-se falso. Tem havido um aumento da dívida pública. Na entrega do Banespa ao Santander, por exemplo, o banco espanhol comprou mais de 2 bilhões de títulos brasileiros dolarizados e detém hoje 9,5 bilhões de dólares de títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central, com correção cambial, o que leva ao crescimento da dívida pública.

O cumprimento das metas fiscais e das metas inflacionárias para satisfazer aos credores internacionais tornou-se a prioridade obsessiva do governo de Fernando Henrique Cardoso. Para realizar esse objetivo, comprime salários e diminui e renda dos trabalhadores. O crescimento econômico deste ano não deve alcançar os 4% previstos. As taxas de juros se mantêm das mais elevadas do mundo. Os salários amargaram perdas de 4% – e a classe média tem sofrido reduções significativas de renda, segundo a Fundação Getúlio Vargas. O desemprego continua alto. O quadro social se agrava. Os investimentos cresceram apenas 2% de 1991 (15,2% do PIB) a 1999 (17,2%) – índice demasiado baixo para as necessidades do Brasil. No comércio externo, o Mercosul, bombardeado pelos Estados Unidos, caminha para o esvaziamento. Mesmo analistas econômicos apoiadores da orientação governista prevêem um cenário em 2001 pior do que o de 2000. O governo, por seu lado, quer comprometer todos os candidatos à sucessão presidencial (inclusive os oposicionistas) com a continuidade da política econômica ditada pelo FMI.

Disputa presidencial

O processo sucessório precipita-se, nas hostes governistas e na oposição. O resultado das eleições municipais, de vitória oposicionista, criou uma situação de estresse entre os governistas, com o contínuo esgotamento do governo de FHC, que perde autoridade e vive a incerteza do processo econômico e social. Os partidos situacionistas sabem que precisam estar unidos para enfrentar a oposição, mas a base de sustentação do governo fragmenta-se, a exemplo da disputa das mesas da Câmara Federal e do Senado. As rachaduras vão se tornando irreversíveis, como no caso do entrevero envolvendo os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL) e Jarbas Barbosa (PMDB). Sem poder acenar com melhorias na renda ou no emprego, os partidos da aliança governamental buscam reciclar o projeto neoliberal. Ninguém quer se apresentar como o continuador da atual política. As classes domi-

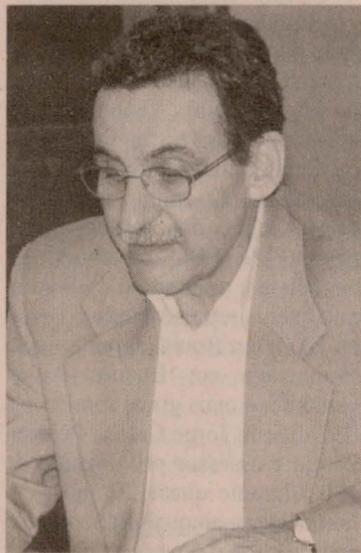
nantes já confessam que garantir a estabilidade não é suficiente. Torna-se necessária uma política de crescimento econômico.

Na oposição também vão aparecendo iniciativas e diferenciações visando o processo sucessório. O candidato Cyro Gomes apresenta-se como alternativa de uma candidatura de centro-esquerda, mas não é descartada a possibilidade de ser o candidato de centro-direita. Ele não faz segredo de sua amizade e de seu acordo com o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), que terá seu apoio se for candidato pelo partido de Fernando Henrique Cardoso. Mas acena que pode sair pela oposição, e defende inclusive uma "prévia nacional" para a escolha do candidato único oposicionista.

Outro setor apresenta-se levantando a bandeira da eleição de uma Assembléia Constituinte, a bandeira da defesa da federação e da auditoria das privatizações. Entre os integrantes deste setor, há quem defenda que a Constituinte eleja o presidente da República...

O PT, maior partido da oposição, convocou prévias internas para escolher seu candidato presidencial. Usa como referência o Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho (assinado também pelo PCdoB, PSB e PDT, além de personalidades e entidades democráticas e populares), e agora propôs a complementação desse documento com um apêndice em defesa do desenvolvimento e de investimentos em ciência e tecnologia nacionais.

O PCdoB reafirma sua proposta de composição de uma frente de centro-esquerda que tenha na esquerda ampliada o seu núcleo, tendo como propostas aglutinadoras a reestruturação nacional, o reforçamento da democracia e a recuperação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas populares. Este projeto só é possível com uma nova inserção nas relações internacionais, o que coloca a questão



Renato: "unidade necessária"

nacional em destaque. Quanto à Constituinte, deve ser convocada por um novo governo, oposicionista, para elaborar um novo pacto social levando em conta a correlação de forças que se forme. Realizá-la agora, sob a égide de Fernando Henrique Cardoso, é um contra-senso. A Constituinte deve ser exclusiva e tem dimensões políticas, econômicas e sociais. Não pode ficar restrita a um desses aspectos, mas abarcar os três em sua totalidade.

Projeto para o Brasil

O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, elaborado por vastos setores democráticos e progressistas, é um documento que pode ser atualizado e ampliado para ser o instrumento da unidade dos setores que se contrapõem ao projeto neoliberal de Fernando Henrique e das elites dirigentes. O centro de discussão do programa comum deve ser um novo projeto para o Brasil, sem vetos a qualquer setor oposicionista. No processo da busca de unidade serão demarcadas posições e travadas as lutas ideológicas – mas dentro do objetivo maior de construir a união necessária para derrotar o neoliberalismo. Os comunistas estão desenvolvendo conversações com

todos os setores em prol da construção da frente oposicionista.

A unidade não será construída somente a partir das articulações políticas. É fundamental e imprescindível a base de mobilização de massas, que respalde as propostas e faça avançar setores vacilantes que persistam em caminhos exclusivistas. O Fórum Nacional de Lutas cresce e desenvolve-se como um importante pólo aglutinador das entidades democráticas e populares, inclusive atraindo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O PCdoB reafirma, portanto, seu projeto de reconstruir a frente de resistência ao neoliberalismo, contra Fernando Henrique e seu projeto excludente, antidemocrático e antinacional. Trabalha para criar um ambiente e um fórum de debate e diálogo visando a elaboração de um projeto para o Brasil que tenha como centro os interesses do povo e da nação. Nesse ambiente, sem exclusivismos e sem vetos, encontraremos os pontos comuns que levem à união das forças necessárias para alcançar a vitória. Deve haver um debate amplo da oposição, que não pode ser "sem" ou "contra" este ou aquele oposicionista.

O desafio é construir um projeto oposicionista para mudanças de rumo no Brasil – sabemos que mesmo setores governistas já defendem mudanças, que não significam novas alternativas para o país, mas apenas ajustes e reciclagens no modelo neoliberal adotado. A plataforma da oposição tem que ser outra. Não depende apenas de um partido, mas do conjunto das forças oposicionistas. A unidade – sua construção e seu fortalecimento – é um processo de busca de um novo projeto comum para o Brasil.

*vice-presidente do PCdoB, informe à reunião da Comissão Política do Comitê Central, 11 de dezembro de 2000



A redação de A Classe Operária deseja aos seus leitores

Feliz Milênio Novo

Quando a humanidade
Atordoada pelos pesadelos
Que a perseguem desde as cavernas
Olha com esperança o terceiro milênio,
O que a poesia deseja
É que nele se concretize o sonho
De que o estouro dos fogos
Seja sempre para colorir o céu.
As cidades não de ser bombardeadas
Apenas por essa pólvora benévola
Que encanta o olhar das crianças
Com suas explosões de flores e estrelas.

Centro de Documentação e Memória
Sempre queima de fogos e
Fundação Maurício Grabois
Jamais queima de corpos.

Adalberto Monteiro

NACIONAL

FHC, corrupção e espionagem

LUIZ CARLOS ANTERO

Um ambiente institucional sinistro, que mescla, preserva e desenvolve em grandes doses a corrupção intestina e a herança macabra do velho regime militar, é o retrato atual mais exato do ponto culminante dos governos de Fernando Henrique. Formado em seis anos de gestão, resulta da transição negociada das elites, que coroou Fernando Collor e mantém a essência do regime militar. Tão negociada quanto a prisão do "foragido" ex-juiz Nicolau, personagem remanescente da ditadura.

Fernando Henrique Cardoso ingressa no penúltimo ano do segundo mandato cercado de denúncias que envolvem os personagens mais evidentes que o cercam ou que fizeram parte de sua equipe nos últimos anos. Não seria exagero afirmar que FHC está na companhia permanente de várias quadrilhas, que o colocam sob suspeição diante do mundo, onde costumava posar de paladino periférico.

Antônio Carlos Magalhães (PFL), em plena guerra contra o presidente do PMDB, Jader Barbalho na sucessão da Presidência do Senado, denunciou focos de corrupção no governo, sugerindo auditoria na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e no Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER).

Faturas na base

ACM defende a candidatura do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB/AP) para evitar que Jader seja o seu sucessor, e pretende assegurar a recondução de Inocêncio de Oliveira (PFL/PE) à Presidência da Câmara. Ocorre que, como antecipou a Classe, o PMDB e o PSDB concretizariam a união para neutralizar o PFL de ACM, de olho na sucessão presidencial. Lançaram juntos o tucano - fidelíssimo ao Planalto - Aécio Neves (PSDB/MG), líder do governo na Câmara, mantendo o acordo para assegurar no Senado a vitória do PMDB.

Apesar dos apelos de FHC pela civilidade, alegando que "é preciso manter a convivência institucional", as agressões mútuas entre ACM e Jader, que se acusam de enriquecimento com dinheiro público, prosseguem cada vez mais intensas. Os partidos de oposição no Senado requisitaram a apuração das denúncias pelo Conselho de Defesa da Ética e solicitaram que as acusações mútuas de corrupção e enriquecimento ilícito sejam apuradas pelo Ministério Público Federal (MPF).

Complicadíssimo, FHC enfrenta sérias dificuldades para assumir a posição de árbitro nas disputas da Câmara e do Senado, ingressando agora no ritmo emboado de sua própria sucessão. Suas consultas envolvem rotineiramente o governador cearense Tasso Jereissati, tido como candidato ideal de pólos distintos da disputa, como ACM e Mário Covas. O certo é que as escaramuças no Congresso para 2001 e a sucessão presidencial em 2002 passaram a

dominar o cenário interno dos partidos conservadores - especialmente PSDB, PMDB e PFL, os dois últimos disputando sem a menor compostura a companhia do poder nas próximas eleições.

Proteção para Lalau

Enquanto isso, um sujeito passado persegue o presidente. Os elementos que o cercaram ao longo de sua vida pública não param de ameaçá-lo com novas exigências ou com a fantasmagoria de novas revelações. O embaixador Júlio César Gomes dos Santos, amigo pessoal de FHC envolvido na negociata e no grampo do Sivam, atualmente representando o Brasil na FAO, em Roma, agora exige a Embaixada em Buenos Aires. Contudo, a mais grave sombra é a de Eduardo Jorge Caldas Pereira, amigo e assessor privilegiado de FHC durante quase 20 anos, em homenagem ao qual realizou-se o acordo entre o governo e o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, foragido durante 227 dias.

Nicolau, que dispõe de informações intrigantes, teve o privilégio de escolher até mesmo o esquema policial para sua rendição, com direito à simulação e proteção especial. O ministro da Justiça, José Gregori, e FHC se envolveram em toda a fase das negociações. Gregori foi flagrado em ostensivas mentiras que apenas ampliaram a dimensão do escândalo, tamanho o clamor público pelos esclarecimentos de interesse da sociedade.

Tratou-se de uma espetacular prisão negociada para o mais comentado ladrão de colarinho branco da República. Nicolau é acusado pelo Ministério Público (MP) de estelionato, formação de quadrilha e corrupção passiva no superfaturamento da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, que, iniciado em 1992 e inacabado, consumiu R\$ 263 milhões, dos quais, segundo a CPI do Judiciário, apenas R\$ 70 milhões foram efetivamente gastos na obra. As investigações do MP desnudaram a relação entre o esquema do juiz e o Grupo OK, do ex-senador Luiz Estevão - o primeiro no Brasil a ter seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar, e sujeito, a qualquer momento, à prisão preventiva (o MPF está em seus calcanhares por crime de sonegação fiscal e uso de documentação falsa).

O procurador do MPF de Brasília, Guilherme Schelb, criticou a forma como a Polícia Federal prendeu o ex-juiz Nicolau: "Houve uma preservação excessiva. Parecia uma operação de proteção". Para Schelb, as provas existentes hoje são suficientes para prender todos os envolvidos, "o que inclui o ex-senador Luiz Estevão". Os procuradores do MPF tentarão convencer o ex-juiz a revelar os participantes do esquema de corrupção, acenando com a redução de um terço da pena. Luiz Francisco de Souza afirma que "a Lei garante esse direito, caso ele confesse o crime e se transforme em testemunha de acusação contra o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e outras pessoas envolvidas no caso".

Também o episódio da rendi-



Fernando Henrique: entre um uísque e outro, preocupado com "convivência Institucional"

ção negociada ocupou a imprensa internacional, exibindo a outra face de FHC. Exemplo disso apareceu na página da TV britânica BBC na rede mundial de computadores, que publicou uma matéria ("Juiz corrupto do Brasil se rende"), na qual assinala: "anteriormente, o escândalo ameaçou derrubar o governo devido a alegações que ligavam Nicolau a um assessor muito próximo do presidente Fernando Henrique Cardoso". Afirma também que "desde que desapareceu, em abril, o ex-juiz fez com que as autoridades dançassem uma ciranda", acrescentando: "a falha das autoridades em pegá-lo é um embaraço e uma piada nacional".

A agência internacional *Associated Press* disse que Nicolau "supostamente usou conexões no alto escalão do governo brasileiro para desviar quase US\$ 100 milhões" e recorre a um texto de julho da revista Istoé, sugerindo que "o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e um homem que foi um alto assessor do presidente Fernando Henrique Cardoso (o ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas Pereira) haviam ajudado a aprovar milhões de dólares em fundos extras para o Tribunal em 1995 e 1996". A notícia foi republicada nas páginas da Internet de diversos jornais dos EUA (*The Washington Post*, *Miami Herald* e *Arkansas Democrat-Gazette*), e no serviço da TV CNN.

Polícia política

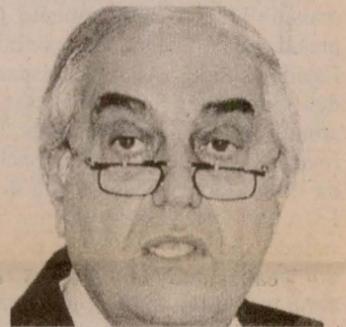
Além da regularidade das ligações telefônicas com Eduardo Jorge na Presidência da República, mais 174 chamadas relacionam agora o ex-juiz e o general Alberto Cardoso, entre outubro de 1991 e janeiro de 1994. Cardoso, hoje ministro do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual está subordinada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), atuava no Exército e recebeu as ligações, em sua maioria, oriundas do TRT/SP (em março de 92, ocorre a primeira liberação de verbas para a

construção do novo prédio). Já na condição de ministro de FHC, em 94, o general obteve, em dezembro de 1999, a reinstalação do serviço secreto com o nome de ABIN. Nicolau alimentara a expectativa de chefiar a filial paulista da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE - designação do órgão ocupado pelo general Cardoso antes da criação da ABIN).

A "novidade" é que este episódio recupera um desdobramento bem mais antigo do que os fatos relativos à liberação de verbas para o prédio do TRT/SP, e remontam às estripulias de Nicolau dos Santos durante a ditadura militar, na banca financeira da Operação Bandeirantes (OBAN). Nos anos 70, quando ocupou a função de procurador regional, efetuava a ponte com empresários devotados à sustentação do aparato da tortura política. Isto explica a facilidade que o ex-juiz encontrou para ser "foragido" durante tanto tempo, com o apoio dos remanescentes da velha estrutura subterrânea, auxiliado desde a fuga por um esquema de proteção montado por antigos oficiais do Exército.

A exoneração do ex-diretor-geral da ABIN, coronel Ariel de Cunto - após a denúncia de que o tenente da reserva do Exército Carlos Alberto Del Menezzi, acusado de ter torturado presos políticos no regime militar, havia sido nomeado para um cargo de chefia na ABIN -, trouxe à tona mais fatos comprometedores acerca da tradição e da natureza do atual governo. Cunto, num depoimento que durou mais de dez horas, confessou ao MPF - no corpo de um inquérito para apurar denúncia de espionagem clandestina - a elaboração autorizada de documento com a investigação das atividades de líderes políticos, partidos, Judiciário, MP, centrais sindicais e da mídia, enquanto "esboço" da ABIN para um Plano Nacional de Inteligência.

Quanto à denúncia "Torturatório de Inteligência" só tem um destinatário, que é o presidente da República". Revelou também que



Nicolau: acordo...

os informantes, colaboradores ou consultores (mais de 2 mil) que prestam algum tipo de serviço para a ABIN, são pagos com verbas secretas previstas para casos de "ações de caráter sigiloso da agência" e que "as fontes humanas são sempre secretas e remuneradas e apenas excepcionalmente não o são". Como no regime militar, as fontes ganham um codinome, que as identifica internamente.

O próprio general Cardoso poderá ser intimado a depor pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, vinculada à Procuradoria-Geral da República, para mais esclarecimentos. Pois, de acordo com o procurador Luiz Francisco, vítima da espionagem, a agência adquire feições de "polícia política", semelhante à Gestapo alemã de Hitler: "A Abin é hoje um SNI, o extinto Serviço Nacional de Informações que atuou durante o regime militar".

Também o coordenador de Planejamento de Segurança Pública do Ministério da Justiça, coronel Rubens Bizerril, pediu exoneração do cargo, sob as acusações de que foi torturador. A organização Tortura Nunca Mais denunciou sua participação na tortura e morte do estudante secundarista Ismael de Jesus Silva, em 1972, no 10.º Batalhão de Caçadores, em Goiás. Bizerril afirmou que, na lista de 27 mil nomes que trabalharam naquela época para o Exército, "é evidente" que estão pessoas que ocuparam cargos de segurança no governo federal. "O general Alberto Cardoso não afirmou que 13% dos funcionários da Abin vieram do SNI? Então!".

NACIONAL

Comunista irá dirigir a Secretaria de Esportes de São Paulo

No dia 12 de dezembro, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), anunciou o nome da presidenta do PCdoB paulistano, Nádia Campeão, para a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo. Com essa indicação, já somam quatro as mulheres nomeadas por Marta Suplicy para compor seu secretariado. A indicação do nome ocorreu após várias consultas e debates entre o PCdoB e Marta Suplicy para formar o secretariado da futura administração.

Nádia Campeão, é engenheira agrônoma e deve licenciar-se da presidência do Comitê Paulistano do PCdoB. Nádia é também membro das direções nacional e estadual do Partido.

Desde o início da montagem do secretariado, a prefeita declarou que reconhecia a contribuição dada pelos comunistas para a vitória da esquerda em São Paulo e, sabendo da vontade e da capaci-

dade dos comunistas em contribuir para a futura administração da capital, já havia sinalizado que o PCdoB poderia indicar um nome para compor o primeiro escalão do governo. A Secretaria de Esportes era uma das secretarias reivindicadas pelos comunistas.

No debate sobre os nomes que seriam indicados, a prefeita sugeriu o deputado estadual Nivaldo Santana, mas a sugestão foi descartada pela direção estadual do PCdoB, que avaliou não ser o caso de abrir mão de uma cadeira na Assembléia Legislativa, uma vez que havia vários outros camaradas igualmente capacitados a assumir a função de secretário. Entre os nomes sugeridos pelo PCdoB estava, além de Nádia Campeão, o do ex-presidente da UNE, Orlando Silva. No debate entre a prefeita e a direção do PCdoB chegou-se a um consenso em torno do nome de Nádia. Para o Partido, a aceitação do nome de

Nádia representa um fator de ampliação do espaço político que os comunistas ocupam hoje na cidade.

Dimensão

O fato de São Paulo ser a maior cidade da América Latina dá a qualquer secretaria municipal da cidade uma dimensão de porte estadual. Entre outras estruturas, a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo responde pela administração do Autódromo de Interlagos, Estádio Municipal do Pacaembu, pelo Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, por 34 Centros Educacionais e Esportivos (CEEs) e por quase 300 Centros Desportivos.

Segundo Nádia Campeão, a presença do PCdoB na Secretaria vai garantir uma visão social do esporte. Em projeto inicial de trabalho apresentado à prefeita — e cuja elaboração contou com a

contribuição de personalidades do mundo esportivo como Sócrates, Ademir da Guia, Wladimir, Flávio Prado, Juarez Soares, Dalmo Pessoa, Wilsinho, entre outros —, afirma-se: "A partir de janeiro, a nova administração paulistana vai ter a difícil porém gratificante missão de incluir milhões de crianças, adolescentes e jovens em programas sociais que visem o resgate da cidadania por meio de uma política de esporte e lazer que propicie à juventude exercitar a mente e o corpo, desenvolver habilidades esportivas, ocupar o tempo com atividades saudáveis e, sobretudo, oferecer outras perspectivas de vida a quem, hoje, na maioria dos casos, só tem o crime e as drogas como futuro."

Outros espaços

Além da Secretaria de Esportes, o PCdoB espera poder contribuir com a prefeitura indicando



Nádia Campeão, secretária

nomes para ocupar funções administrativas em outras instâncias do governo paulistano. Já está em fase negociação a indicação de administradores regionais (futuras sub-prefeituras), além de nomes para outras funções do segundo escalão do governo.

Legislativo paulista homenageia palestinos com sessão solene

LEJEUNE MATO GROSSO X. CARVALHO*

Realizou-se no dia 27 de novembro uma Sessão Solene na Assembléia Legislativa de São Paulo em homenagem ao povo palestino. A iniciativa foi dos deputados Jamil Murad, do PCdoB e Pedro Tobias e Salvador Krurieh, ambos do PDT.

O ato contou com a presença de 300 pessoas. Entidades representativas estiveram presentes e parlamentares, entre os quais o deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, que falou em nome da direção nacional do Partido; Antonio Neto, presidente da CGT - Brasil, que representou a Federação Sindical Mundial; Hassan El Emleh, representou a Organização pela Libertação da Palestina; Rizkhala Tuma, que falou pelas Federações Árabes das Américas. Falaram ainda autoridades religiosas muçulmanas e ortodoxas.

Foram executados os hinos nacional e o palestino pela banda da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A fala para encerramento do evento foi do embaixador palestino no Brasil, Musa Odeh. Foi projetado um vídeo com imagens fortes, em especial do assassinato a sangue frio em 30 de setembro, pelo exército israelense, do menino Moahamad, cujo pai tentou proteger das balas.

Breve histórico do conflito

Os atuais conflitos têm origem no dia 28 de setembro. Nesse dia o ultradireitista Ariel Sharon, general que comandou o massacre no sul do Líbano em 1982, matando mais de 600 palestinos nas aldeias de Sabra e Chatila, resolveu fazer uma visita de provocação à esplanada das Mesquitas em Jerusalém Ocidental.

Isso fez com que os conflitos, denominados de *Al Intifada*, vol-

tassem a ocorrer. O Exército de Israel vem perdendo a batalha moral e política, na medida que mata indiscriminadamente os palestinos.

Entre os dias 28 de setembro e 30 de novembro morreram 296 pessoas, das quais 261 palestinos (88,17%) e 35 israelenses (11,83%). Os números são implacáveis: para cada 10 mortos, nove são palestinos! Dos 261 palestinos mortos, 47 são crianças, ou 18% (um em cada cinco mortos palestinos tem menos de 17 anos).

O caminho da paz

A paz não aparenta estar próxima em Israel. O primeiro ministro Ehud Barak vem perdendo apoio dentro do parlamento e fortalecem-se os grupos ultraortodoxos, partidos de extrema direita religiosos, que não abrem mão de um centímetro de terra na região da Cisjordânia palestina, onde nos últimos 33 anos construíram-se dezenas de colônias israelenses, habitadas em sua grande maioria por religiosos judeus ortodoxos. Até mesmo o moderado Egito chamou de volta, no mês passado, o seu embaixador em Tel Aviv.

Os acordos de Oslo de 1983, onde se reconheceram mutuamente palestinos e israelenses, sendo criada a Autoridade Nacional Palestina, com soberania limitada sobre a faixa de Gaza e parte da Cisjordânia, não são mais suficientes para resolver os impasses. A ANP detém a soberania, ainda que limitada, em apenas 20 a 25% dos territórios ocupados da Cisjordânia.

Para que haja alguma perspectiva de paz na região os israelenses, que acabam funcionando como uma espécie de testas-de-ferro dos Estados Unidos, devem ceder terras e devolvê-las aos árabes. Devem desmobilizar e desmontar as suas colônias judaicas na Cisjordânia. É preciso que sejam recompostos os territórios e

as fronteiras israelenses ao ano de 1967, quando Israel tomou dos países árabes toda a faixa de Gaza e a Cisjordânia, bem com a península do Sinai do Egito e as colinas do Galã da Síria.

Nessa discussão toda nem se fala ainda das fronteiras de 1947, quando a ONU aprovou o plano de partilha da Palestina, onde seriam criados os Estados de Israel, com 52% das terras (é bem verdade que as mais férteis da região) e os palestinos ficariam com 48%. Esse plano, ainda que equivocado e sob protestos da comunidade árabe internacional, acabou dando condições para que Israel proclamasse seu Estado em 1948 (em 14 de maio, com Ben Gurion) e enfrentasse militarmente os países árabes, que acabaram recuando para a Cisjordânia e Gaza (perdidos por sua vez na guerra dos seis dias de 1967).

Há também que ser discutida a situação de Jerusalém. Considerada sagrada para as três religiões que atuam no Oriente Médio (cristã, muçulmana e judaica), ela é hoje administrada totalmente e de forma militar pelo Estado de Israel. Os palestinos a reivindicam como capital de seu futuro Estado e a querem de forma indivisível, ainda que exista na mesa a discussão de que eles ficassem com a parte Oriental, onde se concentra a maioria dos bairros árabes e onde estão as maiores e mais importantes mesquitas.

Do lado dos palestinos as cartas estão postas: não há paz sem a devolução das suas terras. E querem a instalação de seu Estado nacional, laico, democrático, independente e soberano. Do lado dos israelenses, há disputas políticas entre os chamados moderados e os falcões.

*sociólogo, professor da Unimep, membro da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabe de Lisboa

Rio de Janeiro aprova reserva de vagas

RICARDO CAPPELLI*

Depois de mais de seis meses de debates, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou, no dia 6 de dezembro, a proposta encaminhada pelo Executivo de reservar, no mínimo, 50% das vagas das universidades públicas estaduais, por curso e por turno, para alunos das escolas públicas estaduais e municipais.

A proposta, defendida pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) desde 1995, foi levada ao governador Anthony Garotinho pela Coordenadoria Especial de Políticas de Juventude do Estado.

Foi decisiva a atuação dos estudantes, que através da UBES, da UEE e da AMES do Rio e outras entidades municipais de secundaristas, e de grêmios de diversas escolas estiveram presentes em todos os debates. Foi importante verificar o quanto jovens de camadas sociais menos favorecidas valorizam e sonham com o acesso, agora mais possível, a um ensino superior cada vez mais restritivo.

Foram realizados debates na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Assembléia Legislativa e a na TV Universitária. Apesar da proposta contar com grande aprovação popular (pesquisa realizada pela Internet pelo jornal O Dia apontou 75% de aprovação), ela ainda conta com a resistência de setores da academia e das reitorias das universidades envolvidas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Norte Fluminense. Esses setores, apesar dos inúmeros contatos, continuam vendo contradição entre a medida, temporária, e o processo de melhoria da escola pública, solução definitiva para o problema da democratização do acesso à universidade pública. Ainda assim, a postura das universidades estaduais têm



Capelli: vitória estudantil

sido de respeito à decisão da Assembléia, acatando sua decisão de forma integral.

A proposta contou com o amplo apoio de deputados de todos os partidos, com apenas um parlamentar do PPB votando contra. Nesse processo destacou-se a liderança do deputado Edmilson Valentim (PCdoB), que através da negociação de emendas que melhoram o projeto conquistou a adesão de bancadas que se mostravam resistentes e que hoje fazem oposição ao governo, como a do PT. A grande unidade conseguida na votação demonstra a viabilidade da proposta, criando assim condições para sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Com as galerias lotadas e com o Hino Nacional ecoando da garganta dos estudantes, a Assembléia Legislativa viveu um dia de glória na demonstração de sensibilidade dos parlamentares e na aula de combatividade e de cidadania por parte dos estudantes. Um dia histórico que marca uma importante vitória dos estudantes - tendo a UBES à frente - e da sociedade, e que nos chama atenção da necessidade de, na oportunidade de participarmos de governos democráticos, utilizarmos esta participação para, junto com o movimento popular, alcançarmos vitórias importantes para os estudantes e a sociedade. O Conselho de Políticas de Juventude/RJ e membro da Direção Nacional da UJS

ESPECIAL: AÇÃO INSTITUCIONAL 2001

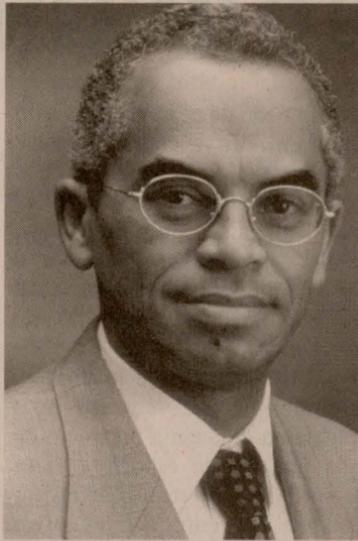
Atuação parlamentar e projeto socialista

NIVALDO SANTANA
E JÔ MORAES*

A atuação dos comunistas, nas diferentes frentes a que estão chamados a se fazer presentes, tem como centro orientador a definição estratégica do programa do Partido que indica: "na encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil somente o socialismo científico... pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem estar para o povo".

Ao definir, com clareza, a perspectiva de ruptura revolucionária em torno da qual constrói sua ação política, o PCdoB também leva em consideração a situação concreta sobre a qual atua. O texto programático sustenta que "o caminho para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos. Defendendo as idéias socialistas para esclarecer e educar os trabalhadores e as massas populares, os comunistas estarão presentes nos pequenos e nos grandes combates que envolvem o povo, seja por motivos políticos, seja por reivindicações econômicas e sociais."

Por compreender que o processo de transformação radical na



Deputado Nivaldo Santana

sociedade depende da adesão da imensa maioria dos trabalhadores e do povo, o PCdoB procura atuar nos espaços onde possa realizar, de forma mais favorável, a divulgação de suas idéias e sua incorporação nas lutas em curso.

Independente da vontade de quem quer que seja, os parlamentos ainda são espaços nos quais a ampla maioria do povo busca intermediação para a solução dos seus problemas. Apesar da instituição ainda ter uma prática viciada, marcada por uma relação de troca, os parlamentares se constituem referências políticas para a sociedade. Para os comunistas a atuação parlamentar, em essência, está ligada ao movimento de acu-



Vereadora Jô Moraes

mulação de forças, fundamental na atual etapa da luta política. E por ter essa perspectiva estratégica o modo comunista de ser parlamentar coloca, para o mandato, tarefas de primeiro plano na difusão da alternativa socialista, na construção partidária e na interação com os movimentos e as lutas sociais. O planejamento de sua ação deve ter como referência esses três pressupostos.

Dentro destes parâmetros, é possível estabelecer-se o nexo entre o trabalho parlamentar e o projeto socialista. Como diria Lenin, "a revolução proletária é impossível sem a simpatia e o apoio da imensa maioria dos trabalhadores à sua vanguarda. Mas

esta simpatia e este apoio não se obtêm subitamente, não se decidem em votações, mas conquistam-se numa demorada, difícil e dura luta de classes".

Durante a batalha eleitoral, para conquistar cadeiras no parlamento, o PCdoB faz ampla difusão de suas idéias, denuncia o governo e a escalada neoliberal. Mostra os retrocessos econômicos e sociais do país. O processo de campanha e a ação posterior do eleito permite desenvolver o nível de consciência e organização do povo, abrindo perspectivas para que ele rompa com a visão tradicional e adaptativa da política e avance rumo a objetivos maiores.

É parte desse trabalho educativo também a ação parlamentar de fiscalização da gestão do Executivo. Através dele, o mandato constrói uma ponte entre os reclamos populares e a ação institucional concreta, construindo, neste processo, alternativas de políticas públicas de cunho social e desenvolvimentistas. O exercício do mandato possibilita um melhor domínio da administração pública, do orçamento e das engrenagens do Estado, contribuindo para aumentar o conhecimento partidário sobre as questões de governo.

Estas tarefas táticas e imediatas não devem ser um fim em si mesmas, mas meios a partir dos quais o Partido avança para o cumprimento de suas tarefas es-

tratégicas. É importante, no entanto, lembrar que esta é uma frente de atuação susceptível a desencontros de rota. As armadilhas e sedução do ambiente parlamentar podem, em certas circunstâncias, fazer refluir os objetivos estratégicos em militantes menos preparados, esgarçando o tecido ideológico que deve ser a roupa permanente do comunista.

Um dos remédios mais eficazes para garantir o vínculo essencial entre o trabalho parlamentar e o projeto estratégico é submeter o militante desta frente ao duplo crivo: dos eleitores, isto é, dos setores organizados da sociedade e da militância e direção partidária. Por atuarem num ambiente ideologicamente hostil, os parlamentares comunistas devem agir de forma mais organizada e planejada, procurando fortalecer suas práticas coletivas e suas convicções socialistas.

A definição de rumos e prioridades, os estreitos vínculos com a população e suas lutas, o compromisso com a construção partidária, o zelo e probidade no exercício do mandato são processos que contribuem para enfrentar e derrotar o neoliberalismo, conquistar um novo governo e pavimentar o caminho para o socialismo.

* deputado estadual (SP) e vereadora (BH), membros do Comitê Central do PCdoB

Minas realiza seminário de vereadores

O PCdoB de Minas realizou, dia 2 de dezembro, o II Seminário Estadual de Vereadores, em Belo Horizonte, com o objetivo de preparar sua bancada para a atuação do mandato com certo grau de planejamento. Os trabalhos se dividiram em três temas: O Impacto das Políticas Neoliberais nos Municípios, apresentado pelo deputado federal Sérgio Miranda; As Responsabilidades dos Vereadores e o Processo Legislativo, com abertura feita pelo vereador Lipa Xavier; e, para debater a Política de Estruturação dos Mandatos Comunistas, a presidente estadual do Partido, vereadora Jô Moraes, introduziu o tema: o Significado da Ação Parlamentar no Projeto Socialista.

Além dos parlamentares comunistas, foram convidados vereadores de outros partidos, de cidades do interior, inclusive de legendas governistas, que têm uma atuação próxima ao PCdoB. Esta iniciativa teve como objetivo buscar pontos de apoio para a construção partidária nas cidades onde o conservadorismo cria inúmeras dificuldades para a sua realização e o PCdoB não tem parlamentar.

Em sua intervenção, o deputado Sérgio Miranda ressaltou que, embora não seja preocupação do governo federal, está na pauta nacional a discussão da questão social, das desigualdades regionais e os problemas da federação. Questionada em toda a linha pelos atuais detentores do poder, "a federação se mantém até hoje unida",

destaca o deputado, "por ter se constituído, historicamente, como a forma através da qual se realiza o desenvolvimento nacional."

No quadro das dificuldades enfrentadas para a manutenção do pacto federativo, tem importância fundamental a recentemente aprovada Lei de Responsabilidade Fiscal, lembra o deputado. Embora o objetivo central seja dar garantia aos credores internacionais, a LRF se situa na tentativa de esvaziar o papel político dos entes subnacionais, transformando-se inclusive numa determinação legal das políticas econômicas a serem implementadas por estes entes. Sérgio Miranda conclui este raciocínio afirmando que "não existe, no mundo, lei igual".

Na apresentação do segundo tema, Lipa Xavier buscou fazer uma síntese das principais funções do vereador, discorrendo sobre a atividade de "legislar, de fiscalizar o Executivo e o de representar a sociedade que o elegeu". Em seguida, de forma didática, apresentou os principais mecanismos do processo legislativo, definindo as competências dos poderes municipais. Lembrou, ao final, a necessidade de buscar o reforço da participação popular nas câmaras onde seus mecanismos não existem, citando o caso das Tribunas Livres.

Preparando o terceiro tema, a organização do seminário enviou, antecipadamente, um roteiro de planejamento para que houvesse uma dinâmica mais eficaz no debate. Em sua introdução, Jô Moraes situou a necessidade de que essa estrutura-



Seminário discutiu atuação parlamentar comunista

ção tomasse como base os objetivos maiores definidos no programa do Partido a que está submetida a ação dos comunistas em todas as frentes. E, como decorrência dessa compreensão, os mandatos comunistas têm que assumir, com destaque, as tarefas de difusão da alternativa socialista, de construção partidária e de interação com as lutas e os movimentos sociais: "Por ser um ambiente ideologicamente hostil", afirmou a vereadora, "faz-se necessário o reforço das práticas coletivas e das convicções socialistas".

No debate mais concreto so-

bre a estruturação, buscou-se destacar a necessidade de uma eficaz ação legislativa fruto das demandas populares, com apresentação sistemática de projetos; a comunicação permanente com a base que o elegeu, prestando conta sob as mais diversas formas e a busca de transformar em ações políticas as demandas elementares do povo, como os pedidos de emprego, de melhorias de habitação, intermediação de questões da sobrevivência que batem a toda hora nos gabinetes.

Ao final, foi proposto que

deverão se realizar avaliações regulares do trabalho através de novos seminários. A importância do seminário ficou expressa nas palavras de um vereador do PSDB, trabalhador rural da pequena cidade de Fruta de Leite, no norte de Minas: "Eu queria agradecer por ter sido convidado para estar aqui. Aprendi muito, e não posso desperdiçar esse tempo de partido de direita que eu tenho, nunca fui convidado para uma reunião como esta".

ESPECIAL: AÇÃO INSTITUCIONAL 2001

Vitória e participação nas prefeituras

JAVIER ALFAYA*

O resultado das últimas eleições municipais foi francamente favorável às oposições. Por mais que o presidente da República e legendas apoiadoras de sua política neguem, o bloco de partidos conservadores sofreu um significativo descenso. Os números são indicativos claros e a análise política qualitativa não é tarefa complicada diante das evidências. Apesar do Brasil ter 5.558 municípios e da maioria ter escolhido algum partido da situação para a prefeitura, isso não abafa o que é de fato determinante no processo político geral: a vitória nas grandes cidades.

Das 31 cidades onde houve 2º turno, a oposição ganhou 20. Nas cidades com mais de 200 mil eleitores (incluindo as capitais), num total de 36,4 milhões de votantes a oposição cresceu 133% e as alianças governistas caíram 40%. O voto popular foi essencialmente de descontentamento e repúdio à política geral de recessão e destruição do patrimônio público e nacional por Fernando Henrique, juntamente com a indignação frente à corrupção ininterrupta levada adiante pelos donos do poder.

Ao lado dessas razões, pesou muito o projeto de mudança administrativa para as cidades em disputa. Julgou-se não uma administração "boa" ou "má", mas uma administração afinada com os anseios da população e sem roubo. É claro que Salvador fugiu a essa tendência por uma série de razões a serem discutidas noutro momento. Dentro desse quadro de avanços da oposição e especialmente da esquerda, cresceu muito o PT e destacou-se rompendo cercos,

preconceitos e dificuldades inúmeras, nosso combativo partido: o PCdoB.

Ganhamos posições no terreno das câmaras elegendo 150 vereadores (60% a mais); sete vice prefeituras (2 em capitais: Recife e Aracaju); disputamos o 2º turno em Fortaleza e finalmente, rompendo todo tipo de tabu (inclusive o interno) elegemos a prefeita de Olinda.

Muitos desafios surgem desse novo patamar alcançado pelo Partido, entre eles a forma de participação nos governos municipais; critérios a serem seguidos e objetivos gerais e os próprios (do PCdoB) a serem alcançados.

Levando em conta o novo quadro político surgido das eleições favorável às correntes antineoliberais; considerando que o Partido assume novas (e até inéditas) responsabilidades políticas e administrativas é que se faz necessária a nossa contribuição para a administração dos quase 250 municípios onde ajudamos a eleger prefeituras democráticas. O PCdoB participará desses governos indicando filiados ou amigos, levando em conta as seguintes diretrizes:

"1. Adoção de políticas, programas e projetos de caráter social, que tenham como objetivo beneficiar os trabalhadores e as camadas mais pobres da população; 2. Fortalecimento da unidade das forças políticas progressistas, democráticas e populares; 3. Fortalecimento da identidade partidária e a preservação da sua independência; 4. Transparência na ação e na política administrativa adotada, em especial na prestação de contas junto à população e ao Partido, da ação de seus representantes".

Além disso é diretriz básica nacional que a participação dos

filiados nos governos não poderá em nenhuma circunstância, implicar no esvaziamento do núcleo de direção do Partido. Esta orientação é fundamental para garantir a não descaracterização do nosso PCdoB e que nossa participação em secretariados ou cargos outros de confiança sirvam para dar prestígio ao Partido, através de lideranças ou quadros técnicos seus, reforçando sua autonomia enquanto partido e não confundindo e diluindo organização partidária com burocracia administrativa.

A participação partidária deve também perseguir alguns objetivos e ter algumas marcas. Não se trata de construir um "modo comunista de governar". Isto, neste momento, deseducaria o povo, e traria dificuldades políticas, provavelmente de cerco contra um governo dirigido por nós ou com nossa participação.

Que linhas básicas poderíamos defender e executar?

1. Democratizar a administração. Adotar procedimentos que aproximam o povo dos problemas da administração. Não basta "o orçamento participativo"; é preciso valorizar o contato com as representações populares, profissionais e da sociedade em geral como são os sindicatos, associações, conselhos profissionais (medicina, engenharia etc) movimentos sociais (negro, mulher, juventude...), organizações religiosas etc. O PCdoB aposta no fortalecimento da organização da sociedade civil.

2. Transparência na gestão dos recursos orçamentários e clareza na responsabilidade dos governos estaduais e federais. Denunciar as limitações impostas à autonomia municipal pela política neoliberal de concentração de recursos em Brasília, corte nos repasses para os municípios e li-

mites dados pela lei chamada de "responsabilidade fiscal". A honestidade das informações e a divulgação de dados sobre gastos, repasses e orçamento ajudam a combater a política neoliberal.

3. As administrações com participação do PCdoB devem garantir o respeito pelos movimentos sociais não mobilizando a repressão aos movimentos reivindicatórios.

4. Devemos defender a valorização e criação de conselhos representativos de movimentos e ou vinculados a problemas que afligem a população, a exemplo dos Conselhos dos Direitos da Mulher; da Juventude; do Meio Ambiente, entre outros, somados aos tradicionais (e obrigatórios por lei federal) da Saúde; da Educação e do Fundef; da Criança e Adolescente, da Seguridade Social etc. Nossa linha é de ampliar o debate com os segmentos organizados, democratizando a deliberação sobre políticas públicas e concludando a sociedade à colaboração, guardando a autonomia, com os governos democráticos.

É preciso ter claro que ao estarmos nos governos somos corresponsáveis, em doses diferenciadas a depender do peso de nossa participação, por um Programa de Realizações. Não podemos ser ingênuos. Ao estarmos na administração é preciso "mostrar serviço" sem vender a ilusão que a administração é o limite do que pode ser alcançado. A transformação que pleiteamos é nacional e estrutural, não só administrativa.

Faz-se, no entanto, imprescindível que os governos democráticos, com participação comunista, sejam eficientes no atendimento dos pleitos populares, servindo de efetivo instrumento de melhoria das condições de vida da



Vereador Javier Alfaya

população no que tange às responsabilidades municipais.

Por fim, é preciso desenvolver políticas a partir da administração que ajudem a elevar o grau de consciência política, de exercício da cidadania e da organização popular. Não somos um partido administrativista, "possibilista" ou que tenha vocação para entidade prestadora de serviços. Somos um partido socialista, portanto que luta com todo vigor para permanentemente preparar largos setores da população na luta por um Brasil profundamente democratizado, baseado na soberania nacional e dirigido economicamente para garantir a elevação do nível cultural e material do povo. Nossa participação – seja ela discreta ou no cargo de prefeito – tem que apostar nesse rumo.

Estas são idéias gerais e iniciais. Vamos à ação e ao estudo dos novos caminhos que se abriram para o PCdoB.

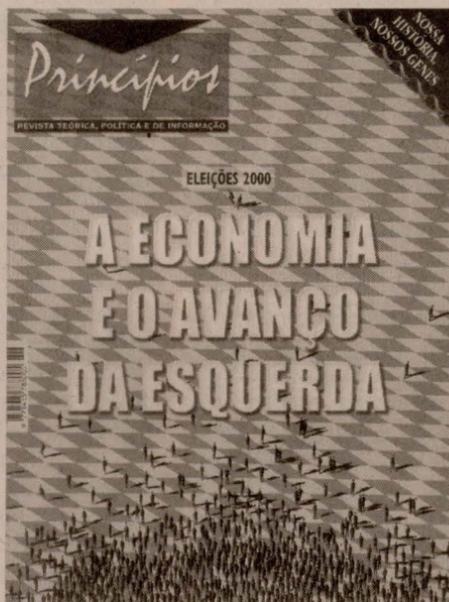
*vereador de Salvador e membro do Comitê Central do PCdoB.

Documentos do PCdoB



O livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil – de 1960 a 2000* é um lançamento da Editora Anita Garibaldi e reúne 25 textos da história recente de nosso Partido.

Princípios aborda o avanço da esquerda



Está em circulação a revista *Princípios* nº 59 com a capa *A economia e o avanço da esquerda*, que inclui o artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, *O novo quadro político brasileiro*, mostrando que das eleições municipais deste ano surge uma nova correlação de forças políticas favorável à oposição e aos partidos de esquerda.

Pedidos para Editora e Livraria Anita
R. Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP 01323-010 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 289-1331 - Correio eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br

ASSINE



A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0 11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Vale postal nº

- Cartão nº
Validade
 Depósito na conta
Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão: **CDM**

Correio eletrônico: **Centro de Documentação e Memória**

Data da assinatura: **Fundação Maurício Grabois**

“Brasileiros sem direito à saúde, governo sem cumprir com o seu dever”

O PCdoB enviou saudação aos delegados da XI Conferência Nacional de Saúde, realizada de 15 a 17 de dezembro, publicamos aqui os principais trechos:

I - Reafirmando o controle social

As Conferências e os Conselhos de Saúde, com participação de 50% de usuários, devem ser respeitados como fóruns de deliberação, com direitos claramente estabelecidos na Lei 8.142, onde cabem a estas instâncias definir as diretrizes do plano de saúde em cada esfera de governo e fiscalizar a execução política e financeira. (...)

Precisamos afirmar o seu caráter deliberativo e fiscalizador. São ilegais e ilegítimos os orçamentos que não sejam avaliados e aprovados pelos Conselhos de Saúde. Os gestores (prefeitos, governadores e presidente) são obrigados pela lei a apresentar contas dos seus gastos e das suas ações em saúde de 3 em 3 meses aos Conselhos respectivos e ao poder Legislativo correspondente. Esse dispositivo legal vem sendo descumprido sistematicamente em todos esses níveis de governo.

II - Aumentam as demandas de saúde

O primeiro parâmetro é o alarmante aumento da pobreza. No Brasil há 50 milhões de pessoas na miséria, incluindo os desempregados. Relatório da Organização das Nações Unidas mostra que a nossa distribuição da renda somente é melhor que as de Serra Leoa, Jamaica e República Centro-Africana.

No perfil epidemiológico expressamos dados igualmente alarmantes. O tímido enfrentamento dos problemas de habitação, saneamento, propriedade da terra, desemprego e concentração de renda demonstram claramente que aumentam os riscos de doenças e outros agravos à saúde dos brasileiros. Permanecem em situação dramática a tuberculose, a hanseníase, a malária e a desnutrição infantil, para citar uns poucos exemplos. Já se tornaram também flagrantes os acidentes e a violência. Os assassinatos já são a primeira causa de morte por fatores externos da população jovem em nossas grandes cidades. (...)

O mercado volta a ser o regulador da atividade econômica e cresce na atividade social, ampliando a privatização de unidades públicas de saúde em várias regiões, tendo como exemplo mais gritante o Estado da Bahia. O governo cooptado, covardemente submetido e dependente das grandes potências capitalistas, trata de cumprir a sua parte violando direitos humanos fundamentais, como a vida e a democracia, obstaculizando o desenvolvimento humano nos aspectos econômicos, sociais e culturais. Como humanizar a saúde diante deste quadro?

O orçamento da República é revelador das prioridades do go-

verno. A análise no parlamento e o estudo do IBGE, recentemente publicado, demonstram que os gastos com juros superou, no ano de 1999, em R\$ 34 bilhões os gastos com saúde e educação. Em 2000, a realidade não é diferente. Os gastos com juros até novembro consistem no dobro dos gastos com saúde.

A sociedade vai se transformando em refém do sistema financeiro e das leis de mercado. Na saúde, particularmente a partir de 1997, ficou claro o esforço do governo federal em cumprir as indicações do Banco Mundial, quebrando a integralidade da assistência e fornecendo a “cesta básica” para os pobres. Sorri o mercado, choram as famílias brasileiras.

Outro parâmetro importante para a compreensão do aumento das demandas de saúde é a situação das cidades. Os municípios crescem de forma desordenada, sem planejamento urbano, com degradação ambiental e concentração demográfica nas regiões metropolitanas formando verdadeiros aglomerados humanos compondo 79% da população, demandas de serviços não atendidas e agudização dos problemas sociais. Vão surgindo as cidades ilegais, marginalizadas com incremento nas lesões e mortes por violência como também as conseqüências do uso de drogas.

A lei de responsabilidade fiscal, por sua vez, gerou um estrangulamento para as gestões municipais congelando gastos sociais, gerando demissões, impedindo renegociação das dívidas obrigando-os ao pagamento dos bancos.

A municipalização da saúde, com aumento de responsabilidades, tem encontrado este quadro nas cidades brasileiras.

Precisamos enfrentar as políticas excludentes, os limites legais, garantir recursos e desenvolver a INTERSETORIALIDADE das políticas públicas inclusivas.

É preciso reafirmar os princípios do Sistema Único de Saúde de universalidade, integralidade, descentralização e democracia. EQUIDADE de acesso e atenção, garantida a qualidade.

III - Plano Nacional de Saúde : uma necessidade

(...) O Ministério da Saúde não tem um Plano Nacional de Saúde. Apresenta políticas e metas pontuais, embora algumas de repercussão pública, mas que não representam de fato impacto sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde e sobre as condições de saúde da população brasileira. (...)

IV - Financiamento da saúde

A asfixia financeira do SUS faz parte do processo de desmonte do Estado brasileiro. Durante todos esses longos e dramáticos anos a insuficiência de recursos se constituiu no principal responsável pelas dificuldades do sistema de saúde pública e complementar, juntamente com as ineficiências de ges-

tão e os desvios por corrupção. Orçamentos insuficientes, contingenciamentos financeiros, desvios de CPMF, COFINS e CSSL.

A luta pela PEC 169 configurou-se num amplo e suprapartidário movimento, o SOS SUS, que acabou levando a uma conquista importante no Congresso Nacional, apesar das derrotas que tivemos na formulação do texto final. Garantimos vinculação constitucional de recursos da União que não se compromete, porém, em percentual dos recursos da seguridade, provenientes do Tesouro, e sim com a variação do PIB nominal. (...)

É preciso urgentemente reajustar o Piso de Atenção Básica. Diante do quadro sanitário do nosso país, R\$10,00 per capita/ano é uma provocação! Esse piso foi fixado aleatoriamente, sem nenhuma base técnico-científica para sustentar essa decisão. A tabela SUS privilegia os procedimentos de alta complexidade e, sobretudo, a utilização de equipamentos, em detrimento do trabalho dos profissionais de saúde, sendo necessário mudar urgentemente os critérios e os valores.

As restrições ao orçamento da saúde são inexplicáveis. Relatório do Conselho Nacional de Saúde demonstra que a arrecadação da União, através da Receita Federal, cresceu 80% entre 1995 e 1999. Neste período saltou de R\$ 84 bilhões para R\$ 151 bilhões. Caso o governo federal tivesse um mínimo de compromisso com o povo brasileiro e houvesse mantido a proporcionalidade de distribuição das receitas de contribuição, o orçamento da saúde já deveria ter sido de R\$ 30 bilhões em 1999 sem depender de qualquer Emenda Constitucional. A arrecadação da CPMF, criada sob o argumento de aumentar os recursos para Saúde, cresceu 50% também no mesmo período. De modo que, mantida a mesma proporcionalidade, o orçamento da Saúde para este ano já deveria ter sido de R\$ 38 bilhões. Por que não é?

A resposta é simples: porque o governo de Fernando Henrique destina 44% do orçamento da União para o pagamento de juros e amortização de uma dívida que a Nação nem sabe direito para que, quando e por quem foi contraída!

São R\$ 143,5 bilhões para pagamento de encargos financeiros, num orçamento total de R\$ 322,9 bilhões. A sangria atinge a cifra estarrecedora de US\$ 200 milhões por dia ou quase US\$ 10 milhões por hora! Só com juros (R\$ 78 bilhões) o governo Fernando Henrique gasta quatro vezes mais que com a saúde dos brasileiros! (...)

V - Garantia do acesso universal, com equidade

Para que o SUS estruture-se de modo a garantir a assistência integral à saúde de toda a população é preciso organizar uma atenção primária resolutiva e garantir a referência para os níveis de atenção de maior complexidade.

A adoção da estratégia assis-

tencial com base nos princípios da “saúde da família” poderá ser uma porta de entrada estruturante para o SUS, desde que garantida a multiprofissionalidade das equipes; a adstrição de população de acordo com a capacidade de gerenciamento dos cuidados, a garantia da integralidade da atenção, a substituição das práticas convencionais de assistência por um novo processo de trabalho centrado na vigilância saúde, estabelecendo novo tipo de acolhimento e criando vínculo a um sistema efetivamente resolutivo.

Não é isso que será alcançado com os atuais Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. Esses programas são verdadeiros retrocessos aos direitos dos trabalhadores que estabelecem precária articulação com a rede do SUS, particularmente, o acesso a procedimentos de maior complexidade diagnósticos e terapêuticos. A cobertura das suas 10.500 equipes não chega ainda a sequer 10% da população brasileira. O Ministério da Saúde tem feito “vistas grossas” a iniquidade e a degradação do trabalho desses Programas. A precarização do trabalho, ao contrário do apregoado pelas cartilhas do neoliberalismo, não tem sido fator de eficácia na geração de emprego e elevação de renda, mas tem aumentado o lucro e a produtividade.

VI - Recursos humanos

Desnecessário talvez referirmo-nos ao arrocho salarial imposto pelo governo aos trabalhadores brasileiros. A liberação dos preços dos bens de consumo se contrapõe a um rígido controle do valor da força de trabalho. A privatização é acompanhada da desregulamentação e da precarização dos direitos dos trabalhadores.

Nas Unidades do SUS convivem lado a lado, com as mesmas responsabilidades, servidores federais, estaduais e municipais, trabalhadores celetistas e com inúmeras outras formas de relação laboral (“cooperados”, prestadores de serviços, etc) às mais diversas organizações, inclusive não governamentais, privadas, associações, etc, com remunerações diversas, todas, quase sempre, refletindo degradação do trabalho.

No SUS que queremos e que haveremos de construir é imprescindível um Plano de Cargos, Carreira e Salários digno e coerente com a importância que tem a saúde dos brasileiros e a capacitação dos profissionais de todas as áreas. (...)

VII - A assistência farmacêutica do SUS

Sem dúvida, a utilização da Denominação Comum Brasileira na prescrição de medicamentos já deveria ter sido adotada há muito tempo. A introdução dos “genéricos”, com esforço do Congresso Nacional e MS, foi

certamente positiva, porém constituiu-se ainda numa política de mercado. Talvez aumente a competitividade, se não houver a cartelização por ramo farmacêutico, como ocorre hoje com os medicamentos de marca. (...)

O governo, portanto, tem o dever de prover os serviços com todos os medicamentos que compõem a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAM), os de uso contínuo e de alto custo. Para tanto é preciso investir na produção nacional de matérias primas farmacêuticas nos laboratórios estatais, bem como oferecer apoio aos laboratórios nacionais que ainda sobrevivem à nefasta política de desnacionalização do nosso parque industrial, igualmente sofrendo grandes dificuldades pela submissa lei de patentes aprovada, dentre outros fatores, pelo apoio decisivo do então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso.

VIII - O que propomos

O Partido Comunista do Brasil, diante dessa realidade, apresenta aos participantes da XI Conferência Nacional de Saúde as seguintes proposições:

■ Mudança do modelo econômico, garantindo investimento prioritário nas políticas sociais e desenvolvimento da economia de forma soberana e independente;

■ Apresentação do Plano Nacional de Saúde, de modo a assegurar aos brasileiros o direito constitucional à saúde, reafirmando os princípios do SUS e a intersectorialidade nas ações;

■ Assegurar os recursos para a implantação do SUS, com cobertura universal e equânime. Garantir a aplicação da Constituição Federal como piso, ampliando o teto para chegar aos R\$ 38 bilhões no nível federal. Aumento da Tabela SUS e do valor do PAB;

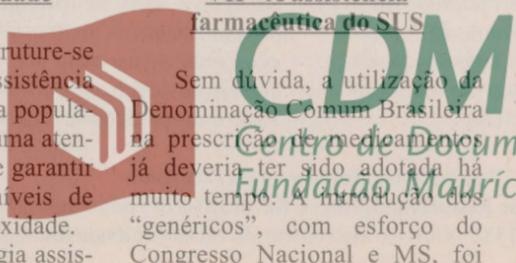
■ Rever, urgentemente, os critérios e parâmetros para os Programas de Saúde da Família, com os seus trabalhadores sendo admitidos por concurso público, garantidos os seus vínculos e os seus direitos trabalhistas, e que a atenção primária à saúde seja organizada de forma resolutiva, com acesso universal e igualitário aos procedimentos de maior complexidade;

■ Reverter todas as privatizações no Setor Saúde. Pelo fim da entrega de patrimônio público a grupos privados, sob o rótulo de organizações sociais e outros assemelhados;

■ Garantir a descentralização, reconhecendo as instâncias de governo, fortalecendo os municípios;

■ Fortalecer a produção estatal de medicamentos;

■ Pela garantia de outorga das prerrogativas legais aos Conselhos de Saúde; Por uma Conferência Nacional de Saúde democrática e deliberativa, respeitadas as suas decisões e recomendações.



MOVIMENTO

Delegação do PCdoB visita Cuba

A convite do Partido Comunista de Cuba, uma delegação do PCdoB – integrada pelo vice-presidente, Renato Rabelo; pelo secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho; e por Jamil Murad, deputado estadual (SP) e membro do Comitê Central – esteve na Ilha para uma visita de oito dias, em novembro. Renato Rabelo concedeu a entrevista que segue a A Classe Operária:

Classe: Quais os desafios vividos por Cuba na atualidade?

Renato: Nossa delegação teve uma programação intensa em Cuba, inclusive com dois encontros com Fidel Castro. Cuba está saindo do que eles chamam de “período especial”, uma política econômica de guerra, desenvolvida em tempos de paz. O governo e o povo cubanos foram obrigados a adotar essa política devido ao cerco econômico e militar feito pelos Estados Unidos contra a ilha. Anteriormente, Cuba vivia uma dependência econômica profunda da União Soviética. Quando a URSS acabou, o país viveu grandes dificuldades, mas agora esse quadro está se revertendo. A Ilha vive atualmente

o imenso desafio de realizar um *Movimento de Luta de Idéias*, que objetiva plasmar o ser humano culto. Não apenas homens e mulheres instruídos, mas que tenham conhecimentos de literatura, de arte, de política, de economia, que tenham acesso aos conhecimentos científicos. Para os cubanos, essa formação multidimensional é parte fundamental da construção do socialismo.

Classe: Que mudanças ocorreram durante o “período especial”?

Renato: Quando a União Soviética acabou, a economia cubana teve uma queda drástica, de 85%. O país, mesmo com as dificuldades impostas pelos Estados Unidos (que esperavam que o governo de Fidel viesse abaixo por causa da crise), adotou medidas para se recuperar. Em especial de 1994 para cá, a economia vem tendo uma recuperação progressivamente ascendente – só neste ano, um crescimento de 5% do Produto Interno Bruto. Agora, os cubanos prevêem para os próximos dois anos alcançar a produção total da época do fim da URSS. É importante ressaltar que tal recuperação se dá num quadro

mundial de economia praticamente estagnada e até de recessão em algumas regiões do planeta. Cuba conseguiu romper o cerco imposto pelos EUA e atualmente mantém relações comerciais com 171 países, inclusive com a China (que o governo classifica como “excelentes relações”), com o Japão (que reescalou a dívida da Ilha) e com a Rússia (o presidente russo, Putin, visita Havana dia 15 de dezembro).

Classe: Como está a mobilização do povo cubano?

Renato: Depois do caso Elián González, o menino náufrago que a máfia cubana dos Estados Unidos não queria devolver ao pai, a população cubana ganhou um novo ímpeto na defesa dos interesses do país contra o agressor vizinho superpoderoso. A vitória dos cubanos no caso Elián levou a que, mesmo nos Estados Unidos, a opinião pública contra o bloqueio à Ilha se fortalecesse. Na atualidade estão sendo realizadas, diariamente, mesas redondas na TV sobre temas candentes nacionais e internacionais e inúmeras tribunas livres estão espalhadas pelo país, e algumas manifestações antiimperialistas atraem mais de 100 mil



José Reinaldo, Fidel Castro, Jamil Murad e Renato Rabelo

pessoas, como aconteceu no dia 27 de novembro, em Havana.

Classe: Qual sua avaliação dos contatos mantidos com Fidel Castro?

Renato: Não apenas os contatos com Fidel, mas os encontros com todos os dirigentes cubanos foram muito proveitosos para o estreitamento das relações fraternais entre os partidos comunistas de Cuba e do Brasil. Fidel demonstrou um grande interesse pelo quadro político do Brasil e da América Latina e expressou sua solidariedade com as lutas de nossos povos. Nossa

delegação teve a oportunidade de visitar a Faculdade de Ciências Médicas, onde mais de 3 mil estudantes latino-americanos e africanos estudam gratuitamente, numa política concreta de internacionalismo e solidariedade bancada pelo governo cubano. Esta visita reforçou ainda mais o compromisso do PCdoB com a defesa da revolução cubana e com o apoio e solidariedade ao seu povo. Nossa delegação voltou entusiasmada com as posturas do PC cubano e seu compromisso com a edificação da sociedade socialista.

Flexibilização de direitos: um falso combate ao desemprego

RENILDO SOUZA*

No Brasil, sob a crise econômica e conseqüente grande desemprego de 1983, o senador Roberto Campos expôs ampla proposta de flexibilização das relações trabalhistas, combatendo a alegada rigidez constituída pela proteção social, seus encargos e as convenções coletivas, a fim de, supostamente, favorecer a mobilidade da força de trabalho, reduzindo o desemprego. Isto é, a realidade concreta da limitada formalização do trabalho e as mínimas conquistas sociais eram culpadas diretamente pela decisão das empresas de demitir em massa.

Há exemplos, na experiência internacional, que demonstram que a flexibilização das relações de trabalho tem sido um fracasso como solução para gerar empregos. A Espanha apresenta elevadíssimas taxas de desemprego, cerca de 1/5 da força de trabalho, embora tenha criado catorze formas de contratação flexível de trabalho. A Argentina continua, nos últimos dez anos, promovendo grandes mudanças na legislação trabalhista, mas o desemprego é cada vez maior.

Ao contrário desses exemplos, a França registra a geração de 1 milhão e 150 mil de postos de trabalho, em três anos, apoiando-se, em parte, na redução progressiva, por lei, da jornada de trabalho para 35 horas. O chamado Plano de Emprego Juvenil, nesse período, resultou na contratação de 242 mil jovens.

Do ponto de vista geral, o desenvolvimento tecnológico associa-se com a redundância do

trabalho vivo. Mas essa generalização não responde a todas as características do desemprego atualmente, em todo lugar. O capital é o sujeito desse processo, em que se beneficia a acumulação, aumentando-se a exploração e fomentando desemprego crescente. As conjunturas recessivas, as políticas deflacionistas, a reestruturação produtiva e a precarização do mercado de trabalho conformam o impacto do progresso técnico de modo diferenciado em cada país. Assim, múltiplos elementos, articulados pela ofensiva do capital, vinculam-se ao desemprego estrutural e crônico, à extensão e aprofundamento do exército industrial de reserva em nos-so País.

Em países como o Brasil, a reestruturação produtiva causou um impacto ainda mais negativo do que nos países centrais, agravando a histórica superexploração do trabalho. O desemprego torna-se aberto, de ampla abrangência e longa duração. Houve empresas nacionais sem capacidade de endividamento, de modernização tecnológica e de ampliação da capacidade produtiva, que se limitaram a promover demissões nos anos 90.

Informalização

A informalização no mercado de trabalho tem sido uma constante e representa cerca de 54% da população economicamente ativa. O chamado subemprego enraizou-se e espalhou-se, em diversos setores, ao longo do tempo, através das mais diversas formas, constituindo-se, na verdade, uma expressão de um tipo crônico de

desemprego brasileiro. Se a absorção de força trabalho é insuficiente no mercado formal, então, a pressão pela sobrevivência empurra milhões de trabalhadores para a informalidade.

O desemprego aberto e estrutural cresce, com redução de vagas na indústria e sem compensação nos setores de comércio e de serviços. Nesse contexto, diagnosticando que o problema do desemprego decorre de problemas no rígido mercado de trabalho, o governo FHC, sobretudo no final do seu primeiro mandato, passa a proclamar a necessidade de maior qualificação profissional, flexibilização das relações de trabalho e redução do custo de contratação. O problema decorreria de uma oferta de trabalho inadaptada às características do novo quadro tecnológico e internacional.

Entretanto, o crônico desemprego no Brasil, agravado nos últimos anos, ultrapassa questões do mercado de trabalho, e baseia-se, entre outros fatores, na quase estagnação econômica das duas últimas décadas e na forma subordinada de inserção brasileira na economia mundial. A abertura comercial combinada com a sobrevalorização cambial, as altas taxas de juros, a reestruturação produtiva, a onda de demissões de trabalhadores de empresas privatizadas, o corte no quadro de funcionalismo público etc. impulsionaram o grande desemprego dos anos 1990.

A proposta de redução da jornada de trabalho sem redução dos salários pode contribuir para atenuar o desemprego, embora se reconheça que, do ponto de vista burguês dominante, o aprofunda-

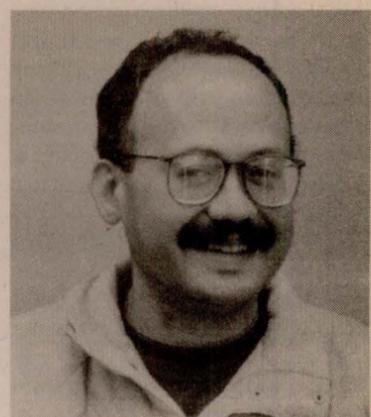
mento da automação não tem uma relação direta com diminuição de jornada. Por isso mesmo, o presidente Fernando Henrique afirma que esse é um assunto de economia privada, passível apenas de tratamento diretamente, caso a caso, em negociação entre a empresa e os empregados. Os governantes argumentam que uma lei de redução da jornada teria como conseqüência o aumento da informalidade do trabalho, e que qualquer horizontalização legal de norma de trabalho só pode gerar desemprego. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo critica a proposta de redução da jornada, caracterizando-a como inoportuna, geradora de aumento de custos e de perda de competitividade.

Política antiemprego

O governo tem promovido medidas de verdadeira política antiemprego como é demonstrado nos seguintes exemplos:

■ A Lei 8.949/94 permitiu a criação das chamadas cooperativas profissionais, que são mais uma forma de institucionalização da superexploração. As empresas reduzem o seu núcleo de trabalhadores, contando com a força de trabalho suprida por essas cooperativas, que, inclusive, são, muitas vezes, constituídas pelas próprias empresas contratantes dos serviços. Os próprios governos estaduais empenham-se na criação dessas cooperativas, como um meio de tercinizar mão-de-obra, o que é apresentado como vantagem para atrair novas empresas.

■ A Lei 9.601/98 instituiu o contrato por prazo determinado.



Professor Renildo Souza

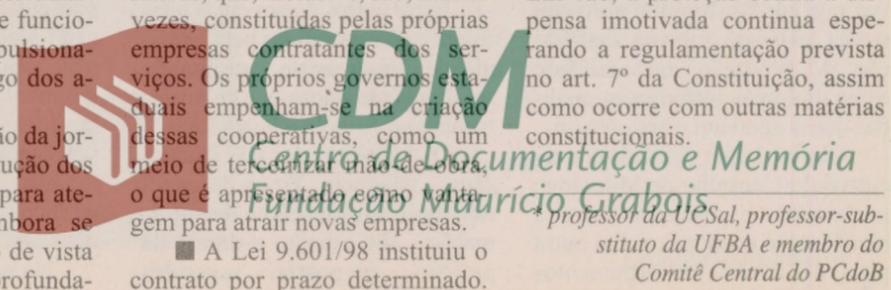
Assim, o trabalho temporário é admitido para atividades permanentes nas empresas.

■ A Lei 9.601/98 e a alteração do art. 59 da CLT flexibilizaram a jornada de trabalho, incentivando as empresas a aumentarem ainda mais a utilização de horas extras, em vez da contratação de novos trabalhadores.

■ A MP 1.709/98 instituiu a jornada parcial de trabalho com duração de 1 a 5 horas por dia, alcançando no máximo 25 horas por semana, com correspondente redução de salários e outros direitos trabalhistas.

■ O governo FHC, por meio de decreto, denunciou a Convenção 158 da OIT, relativa à proteção contra demissões arbitrárias. Em vão, a proteção contra a dispensa imotivada continua esperando a regulamentação prevista no art. 7º da Constituição, assim como ocorre com outras matérias constitucionais.

■ Professor da UESal, professor-substituto da UFBA e membro do Comitê Central do PCdoB



INTERNACIONAL

Encontro de Havana: a Terra é a pátria de Cuba!

MIGUEL URBANO RODRIGUES

"Toda a Terra devia ser um grande abraço"

Essas palavras de Jose Martí, gravadas num gigantesco painel no palco do Teatro Karl Marx, expressaram com felicidade o espírito de fraternidade do II Encontro Mundial de Amizade e Solidariedade com Cuba.

Numa época dramaticamente marcada pela desumanização da vida, este Encontro foi, antes de mais, um comovente acontecimento humanista.

4.664 participantes vindos de 118 países trouxeram ao povo cubano a sua solidariedade. Foram cinco dias, de 10 a 14 de novembro, de uma corrente de solidariedade que fez de Havana o lugar de um grande abraço entre gente progressista dos cinco Continentes.

Nas sessões plenárias e nas comissões houve 318 intervenções. Cito o numero por ser elucidativo da impossibilidade de uma síntese do que foi dito, tal a riqueza e a diversidade das contribuições trazidas.

Do lado cubano três comunicações ao plenário chamaram a atenção. Foram complementares.

Felipe Perez Roque chegou correndo do aeroporto, vindo de Nova York, para evocar, entre 4.000 amigos, o que se havia passado na Assembléia Geral das Nações Unidas durante o debate que concluiu pela condenação do bloqueio pela esmagadora maioria de 167 votos contra três (EUA, Israel e Ilhas Marshall) e quatro abstenções.

O ministro dos Estrangeiros de Cuba recordou a cena quase grotesca em que o embaixador dos EUA implorou nervosamente que não votassem a resolução sobre o bloqueio, porque era um assunto bilateral...

Perez Roque é um jovem, a imagem da continuidade da Revolução. As aclamações dirigiram-se para além da sua pessoa ao povo que a 90 milhas do gigante imperial prova, dia após dia, que é possível resistir ao bloqueio e defender um projeto socialista num mundo dominado pelo neoliberalismo globalizado.

Perez Roque comoveu o plenário ao lembrar que 500.000 cubanos atravessaram o Atlântico para lutar em terras africanas pela liberdade de Angola e contra o apartheid e o colonialismo.

Ricardo Alarcon, presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular, fez dos seus discursos uma peça científica sobre as relações Cuba-EUA, procedendo a uma autêntica anatomia do bloqueio, tornando evidente que cada vez que em Washington aprovam novas leis para suposta suavização do bloqueio, na realidade esses diplomas introduzem medidas que o agravam e endurecem.

Carlos Lage, secretário executivo do Conselho de Ministros, pronunciou o discurso sobre a recuperação econômica. Foi outra peça de fundo. Os argumentos que apresentou são irrefutáveis.

Os fatos da história desmentiram as previsões de Wall Street. Quando em Washington anunciavam que o afundamento de Cuba estava iminente, a Ilha revolucionária iniciou uma recuperação econômica que decepcionou os sábios de Harvard e Berkeley. Nos últimos cinco anos Cuba apresenta a mais alta taxa média de crescimento da América Latina. Lage colocou ênfase também no aperfeiçoamento empresarial, a fórmula que define a opção cubana para sobreviver, avançando. No seu relacionamento complexo com um sistema que pretende destruí-la, Cuba procura e encontra as sínteses que lhe permitem o aprofundamento do diálogo com o capitalismo sem renunciar aos seus princípios.

Atmosfera internacionalista

Não me foi possível acompanhar a cascata de intervenções nas três Comissões do Encontro, onde as temáticas eram obviamente diferentes.

Um momento que me tocou nasceu de um impulso de Odete Santos. Um espanhol havia lamentado o silêncio dos deputados comunistas europeus na defesa da Revolução Cubana. Odete pediu a palavra e, da tribuna, naquele seu jeito simples e comunicativo, esclareceu que a crítica não era válida para os comunistas portugueses. O Parlamento português fora na Europa o primeiro a aprovar uma resolução contra o bloqueio e o primeiro também a enviar uma delegação sua a Cuba, com deputados de todos os partidos. Por iniciativa também do PCP a Assembléia do Conselho da Europa condenou o bloqueio.

Uma constante nos cinco dias do Encontro foi a atmosfera internacionalista. O discurso de Cuba ao mundo fundiu-se no discurso e no abraço solidário ao povo cubano dos milhares de participantes vindos dos quatro cantos do planeta.

Naturalmente os povos que mais sofrem no momento, que aparecem pelas suas lutas como símbolo da resistência a agressões imperiais, foram saudados com especial carinho e entusiasmo. A Palestina à cabeça. Cada vez que a palavra era pronunciada, um rio de aplausos subia do plenário.

Na América Latina, o combate dos revolucionários colombianos, com destaque para as FARC/ELP, foi saudado repetidamente com ovações que transmitiam um apoio fraternal.

Sensibilidade similar manifestou-se sempre que falaram representantes da Venezuela bolivariana. O nome de Hugo Chávez foi aclamado a cada vez que o citaram.

Entre outros países cujas lutas foram e são assumidas pela humanidade progressista, suscitando solidariedade calorosa, é de justiça mencionar Angola e Porto Rico.

Os relatórios das três Comissões – Bloqueio, Troca de experiências e Informação e desinformação – são espelho e síntese de projetos, propostas, sugestões nascidos da criatividade e do

amor que brotavam da grande vaga de solidariedade.

Tribuna livre planetária

Na manhã do último dia do Encontro, os participantes reuniram-se na grande praça frente ao Escritório de Interesses dos EUA, numa Tribuna Livre inédita pelo seu caráter e pela sua dimensão planetária. Foi festa e comício. De uma varanda lateral do edifício, funcionários da potência imperial puderam ver, sentir e escutar o protesto dos povos contra a política de cerco e agressão.

Houve poesia, dança, música, canções belíssimas. Fidel presidiu, sentado na primeira fila. Dos discursos pronunciados dois emocionaram particularmente as delegações presentes: o do dominicano brasileiro Frei Beto e o do reverendo norte-americano Lucius Walker, presidente da organização Pastores para a Paz. O último pronunciou um autêntico discurso de acusação contra o sistema de poder dos EUA, colocando-o no banco dos réus como inimigo da humanidade. Fustigando a dramática farsa das eleições norte-americanas, sugeriu ironicamente que as crianças cubanas sejam enviadas à Florida para fiscalizarem as urnas numa futura eleição democrática.

A confiança de Fidel

A Declaração Final, aprovada por aclamação, é um documento breve, mas incisivo no qual está presente o espírito de solidariedade ativa, militante, que caracterizou o II Encontro. "A mobilização constante da solidariedade – afirma-se na conclusão – será a nossa resposta perante esta intolerável situação. Globalizemos o respeito, a fraternidade e a amizade com o heróico povo cubano. Cada dia que demore a justiça a que Cuba tem direito é um dia mais de vergonha para toda a humanidade. Redobremos a nossa

A exuberância da miséria

EDUARDO BOMFIM*

A economia mundial, alimentada durante décadas pelo mito do desenvolvimento contínuo, inexorável e sempre ascendente do capitalismo globalizado, vê-se agora diante do fato incontestável de que este sistema move-se, em sua essência, através de crises sistêmicas.

Alguns, mais afoitos ou em precipitada capitulação, chegaram a formular o esgotamento dos preceitos científicos das ciências sociais e da economia marxista em particular. A deificação do mercado auto regulador e sem controle, como a única saída para o desenvolvimento das sociedades, erigiu-se como dogma incontestável, irrefutável, dos novos tempos.

As políticas em investimentos públicos alçaram-se à categoria da mais alta heresia.

No entanto, os anos e principalmente os fatos, dados e núme-



Manifestação revolucionária em Havana

luta para eliminar definitivamente o bloqueio genocida!"

Fidel encerrou o Encontro. Falou no seu estilo coloquial, quase íntimo. Começou por esboçar o retrato do mundo atual submetido ao neoliberalismo globalizado. Ao demorar-se na análise dos mecanismos da engrenagem econômica e financeira que tritura mais de quatro quintos da humanidade, chamou a atenção para a vitória coletiva representada pela sobrevivência da Revolução Cubana, transcorrida quase uma década sobre o afundamento da União Soviética e do socialismo na Europa Oriental.

O dirigente cubano deixou muito claro que a luta pelos ideais do socialismo é mais do que nunca uma necessidade. Mas não escondeu que esse combate exige também uma inesgotável paciência e uma firmeza inquebrantável.

A mensagem ajustou-se bem ao espírito do Encontro. A tenaz resistência de Cuba confirma a cada dia que é possível dizer NÃO ao imperialismo; que, mesmo sob um bloqueio cruel e total, um pequeno país fiel aos ideais socialistas pôde crescer mais do que qualquer outro na América Latina submetida às exigências do Consenso de Washington. Outra lição importante de Cuba numa época de

desorientação ideológica e de apolo- gias de alternativas fantasistas e de diatribes contra os partidos comunistas (não falta quem os pretenda destruir de dentro para fora) é a de que a defesa da revolução não teria sido possível sem o partido marxista-leninista que nela tem cumprido um papel insubstituível.

Troquei impressões com centenas de pessoas de dezenas de países. Reencontrei nestes dias camaradas queridos que não via há muitos anos.

Creio expressar uma opinião muito generalizada entre esses veteranos de muitas revoluções e contra-revoluções que se mantêm firmes na primeira linha de combate, sublinhando que todos se identificam com a definição feliz que Perez Roque deu do internacionalismo cubano.

Repeti-a eu próprio numa breve intervenção. Se há um povo que considere a Terra sua pátria e assumida a humanidade como a sua cidadania, esse povo é hoje o de Cuba. Apesar de tudo o que existe de imperfeito e negativo na revolução possível que ele levou à vitória e defende.

*jornalista, membro do
PC Português

ros, foram terrivelmente implacáveis para com esta velha doutrina, com nova roupagem, do liberalismo econômico.

A miséria aumentou em proporções catastróficas. Nações, vivenciaram verdadeiros terremotos financeiros.

Aprofundou-se, de forma abissal, a distância e os indicadores de vida entre o seletivo grupo das nações ricas e a imensa maioria dos povos.

Ainda assim, diziam os teóricos do neoliberalismo, que eram condições imprescindíveis para o reajuste histórico no sentido da pós-modernidade econômica e que de qualquer tipo de pós-modernidade, inclusive a cultural, fundamento ideológico indispensável para a sustentação de novos tempos, grávidos de individualismo e ceticismo, jamais prescindidos.

No entanto, como dizia o escritor e filósofo: "A teoria é cinzenta. Verde é a árvore eterna da vida". E assim, nuvens som-

brias se abatem sobre o sistema financeiro mundial.

O grupo Morgan Stanley, considerado como a mais importante agência de consultoria do mercado financeiro planetário, avisa aos milionários clientes que fiquem em alerta máximo em função da perspectiva de uma crise global da economia, já na primeira metade de 2001.

Enumera elementos concretos, tidos como irrefutáveis. Ao que tudo indica, a "Economia do Horror", está desabando.

Melhor seria que tivessem considerado Almeida Garrett: "E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à penúria absoluta, para produzir um rico?"

* presidente do PCdoB/AL, membro do Comitê Central

FORMAÇÃO

Elevar o nível ideológico: tarefa decisiva para o Partido

MAURÍCIO GRABOIS*

O trabalho de elevação do nível ideológico dos nossos militantes é vital para o Partido, porque se orienta no sentido de libertar completamente o nosso Partido da influência das ideologias estranhas ao proletariado, de fazer de cada comunista um homem efetivamente de vanguarda, de preparar o Partido ideológica e teoricamente. (...)

A elevação do nível ideológico do Partido exige que intensifiquemos a educação de nossos quadros nos princípios do marxismo-leninismo. O problema da educação teórica dos membros do Partido se reveste de importância decisiva para o sucesso da luta revolucionária que travamos contra o imperialismo e os seus aliados internos – os latifundiários e a grande burguesia – pois somente armados da teoria marxista-leninista não seremos surpreendidos pelos acontecimentos, poderemos nos orientar sem vacilações em face da situação nacional e internacional, estaremos em condições de prever o curso dos acontecimentos, de interpretar com exatidão esses acontecimentos e de dar a justa solução para todos os problemas da revolução brasileira.

Somente através do estudo persistente dos mestres do marxismo, na luta pelo domínio da teoria revolucionária do proletariado é

que cada militante poderá interpretar e explicar, como é de seu dever, os acontecimentos políticos do ponto de vista do marxismo-leninismo e educar as massas no sentido da luta de classes, do combate intransigente ao imperialismo e da luta pela democracia popular. (...)

Assim, não devemos nos satisfazer pelo fato de possuímos uma acertada orientação estratégica e uma tática revolucionária. É urgente tratar com continuidade da capacitação teórica e política dos quadros do Partido (...)

Isto é tanto mais importante, quando vivemos num país em que os imperialistas norte-americanos, dominando a quase totalidade dos meios de propaganda, realizam, em todos os terrenos, uma intensa e persistente campanha ideológica que ainda exerce influência no seio do proletariado. Essa campanha ideológica do imperialismo atinge às vezes a própria cidadela da classe operária – o seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil – fazendo penetrar nos seus setores mais débeis contrabandos políticos e ideológicos. (...)

Por outro lado, o ingresso em nossas fileiras, principalmente durante o período de legalidade do Partido, de grande número de elementos oriundos da pequena burguesia, embora combativos, mas ideologicamente ainda não ganhos para o proletariado, faz com que o nosso Partido sofra constante-

mente a pressão de ideologias estranhas à classe operária. Esses elementos, apesar de sua contribuição à luta do Partido, enquanto não forem completamente conquistados do ponto de vista ideológico para a classe operária, trazem para as nossas fileiras as suas vacilações, dificultam a realização de nossa linha revolucionária, entram a execução de uma estratégia e uma tática firmes e obstruem a condução de nossa luta de acordo com a organização e a disciplina inerentes ao proletariado. (...)

(...) também os elementos oriundos da classe operária, que vieram para o Partido, não estão imunes às influências da ideologia burguesa. Apesar de serem os elementos mais esclarecidos e combativos da classe operária (...) (também sofrem) pressão ideológica direta das classes dominantes que procuram desviá-los da luta de classes e incutir-lhes, através de um trabalho sistemático de propaganda e de demagogia, a colaboração de classe, o reformismo. (...)

O nível ideológico de nossos militantes e dirigentes irá se elevando com a sua participação ativa na luta prática da classe operária e das massas trabalhadores por suas reivindicações políticas e econômicas. Na luta persistente e corajosa pela aplicação de nossa linha política e tática, os membros do Partido irão adquirindo experiência, irão se forjando como combatentes

revolucionários da classe operária. Mas só conseguirão assimilar o marxismo-leninismo e elevar efetivamente o seu nível ideológico se, simultaneamente com a luta, estudarem com afinco a teoria revolucionária do proletariado. (...)

Com o auxílio da arma revolucionária da crítica e da autocritica, que deve ser utilizada de cima abaixo no Partido, na justa medida, sem exageros ou flagelações desnecessários e prejudiciais (...), iremos nos temperando ideologicamente, formaremos os quadros no espírito revolucionário e protegeremos o Partido da influência desagregadora da ideologia burguesa e do oportunismo. Assim ajudaremos os militantes a elevar o seu nível ideológico, pois serão armados ao vivo, na base dos próprios erros, com a clara compreensão das leis do desenvolvimento social e da luta de classes no país e adquirirão a confiança na vitória final da democracia e do socialismo. (...)

Precisamos ter em conta que o estudo individual é o método principal para a elevação do nível teó-



Grabois: batalha ideológica

rico dos militantes do Partido. É necessário que cada militante, em particular os dirigentes, distribua de tal maneira o seu tempo de modo que, após a realização de suas tarefas práticas, lhe sobre tempo necessário ao estudo individual.

* trechos o informe apresentado ao Pleno do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, em fevereiro de 1951

Contos de John Reed revelam a sensibilidade revolucionária

A *Filha da Revolução* é o livro de contos de John Reed, autor de *Dez dias que abalaram o mundo*, que a editora Clássicos Conrad está lançando. O prefácio de Rogério de Campos informa:

"Filho de uma família rica e tradicional do Oregon, John Reed forma-se em Harvard em 1910. Depois da formatura, parte para a Europa. A típica atitude de um estudante da Harvard de seu tempo. A diferença é que Reed faz sua viagem como trabalhador em um cargueiro. Desembarca na Inglaterra já preso, acusado de assassinato. Ele prova sua inocência e segue como andorilho pela Inglaterra, Espanha e França. Arrumando em jeito de, novamente, ser detido nesses outros países. (...)

Quando resolve fazer teatro, coloca mais de dois mil operários grevistas representando operários grevistas, no Madison Square Garden, e o seu espetáculo é aclamado como uma nova forma de arte. Decide ser repórter e rapidamente torna-se tão popular que seu salário passa ser um dos maiores da América. Os jornais o anunciam como "o Kipling americano", quando isso era um grande elogio. E o próprio Kipling vem a público para elogiar de maneira entusiástica, o trabalho de John Reed. (...)

Um humorista bolchevique,



Reed: escritor revolucionário

um desordeiro profissional, fundador do Partido Comunista Norte-americano e defensor da revolução sexual, em jornalista que era notícia, um "playboy da revolução" e um feminista militante, John Reed teve o cuidado de cruzar todas as fronteiras que viu pela frente. (...)

As histórias deste livro são crônicas (esta é a melhor palavra?) que John Reed escreveu para publicações alternativas de seu tempo, num trabalho paralelo ao que fazia para a grande imprensa. (...)

O conto que dá nome a este livro é um exemplo da mistura de

realidade e literatura, que fez alguém dizer que "se a vida de John Reed parece ficção, seus contos sempre são fatos". Publicada pelo *The Masses* em fevereiro de 1915, "A filha da revolução" retrata a perplexidade de Reed e sua geração ante a brutalidade estúpida e tediosa da Primeira Guerra Mundial.

Sabe-se que Reed realmente frequentou aquele pedaço de Paris durante a Guerra. O personagem chamado Fred é na verdade Fred Boyd, socialista inglês e amigo de Reed. Marcelle talvez não tenha existido antes, mas aparece tão viva neste conto que certamente passou a existir de fato depois.

A história seguinte, "O mundo perdido", é tão impressionante quanto, pelo que tem de atual. O personagem Takits, um ex-militante comunista sério, transformado em soldado leal do exército nacionalista sérvio, mostra o quanto a História pode se repetir. Foi publicada em fevereiro de 1916 também pelo *The Masses*, mas soa como um retrato dos Balcãs de hoje, perdidos em guerras e esquecimentos fatais.

Em abril, dois meses depois de "O mundo perdido", o *The*

Masses publicou "Noite na Broadway". E no mês seguinte, "O capitalista". Duas histórias em Nova York. Esta é a cidade de Reed. Não a Nova York do Poder, mas a cidade dos vagabundos, prostitutas, mendigos e malandros. É dela que Reed fala também em "Onde o coração está", "Outro caso de ingratidão", "Um gosto de justiça" e "Ver é crer". São algumas das histórias mais citadas por aqueles estudiosos que consideram Reed precursor de Norman Mailer, Hunter S. Thompson e Tom Wolfe.

"Mac, o americano" realmente existiu. Um sujeito a quem o escritor recorreu como auxílio para conseguir entrar nos sertões do México durante a Revolução de Villa e Zapata. A antipatia de Reed pelo companheiro é explícita. Se esse conto amarra-se com "Endymion" e "Retratos mexicanos" como descrição da marginalia norte-americana na fronteira, amarra-se também a "Os direitos das pequenas nações" como retrato do "americano horrível". Vemos aqui o avô daquele americano de camisa havaiana e óculos Rayban envolvido em negociações sagradas na United Fruits ou nas ações da CIA em defesa do "Mundo

Livre". Cínico, corruptos arrogantes e incapazes de ver qualquer beleza em algo que não seja uma América Branca idealizada, que só existe na TV. Reed até pode desprezar aristocratas como os personagens de "A coisa certa a fazer", "Endymion" e "O chefe de família", mas seu ódio sempre esteve reservado para os americanos tranqüilos de mãos sujas, como Mac e Frank.

O livro vai então à Rússia das vésperas da revolução bolchevique. Fala de soldados disputando cigarros, lama, esperanças e de um gentil pastor ortodoxo desempregado que perdeu suas ovelhas para a Revolução. Então chegamos, em um julgamento de militantes operários.

Paris, Balcãs, Texas, Nova York, México, Rússia e Chicago. John Reed não seguiu o conselho de cantar sua aldeia para falar do Universo. Mas Reed falou de seu tempo, e assim de todos os tempos."

Pedidos para a Livraria Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, 01060-000 São Paulo, SP. fone 11 289 1331, correio eletrônico anita.garibaldi@uol.com.br

Uma agenda para registrar os caminhos de 2001

AGENDA DO SÉCULO REBELDE



2001

Uma agenda para quem a luta é tarefa cotidiana

Mantendo a prática iniciada em 1997, com a agenda em homenagem a Che Guevara, a Editora Anita Garibaldi está lançando a nova versão de sua agenda com temática política e histórica, a *Agenda do Século Rebelde*. Aperfeiçoada em relação à agenda de 2000 (**Outros 500**), ela agora tem mais espaços para registro de compromissos, anotações e telefones. Mas mantém seu conteúdo político e histórico. Para cada dia do ano, são relatados 2 a 5 fatos da respectiva data, com uma ilustração colorida. São 1.293 fatos e 413 imagens de 147 países.

Estão registradas a vitória, a trajetória e a derrota da experiência soviética, a ofensiva nazi-fascista dos anos 20-30 e ofensiva neoliberal dos anos 80-90; as idéias e movimentos, as guerras e guerrilhas, eleições, barricadas, greves, polêmicas, heróis, vilões, revoluções, contra-revoluções, descobertas, peças, músicas, quadros, inventos, sonhos...

O século XX vai ficando para trás. O século que registrou a fase mais conturbada da história da humanidade. O século que desnudou a brutalidade nas classes dominantes em suas disputas: não houve um único dia de paz. Mais de 170 milhões de pessoas morreram em duas guerras interimperiais... A experiência revolucionária dos oprimidos ganhou dimensões nunca vistas, e continua buscando o caminho para pôr fim à exploração do homem pelo homem.

Como cantou Caetano Veloso, "a força da grana" criou e destruiu coisas belas. Os Estados Unidos levaram o homem à Lua. Os Estados Unidos lançaram a bomba atômica contra cidades japonesas indefesas... O conhecimento humano decifrou as cadeias de proteínas que compõem o DNA, mas ainda não venceu o câncer e a AIDS. Na área das comunicações, chegamos à rede mundial de computadores, depois de inovações revolucionárias como o rádio e a televisão e o desenvolvimento do cinema. A espécie multiplicou-se: 6 bilhões de seres humanos – grande parte, vivendo em condições indignas, a grande questão, que exige mudanças políticas, econômicas e sociais revolucionárias. É o grande desafio para a odisséia do século XXI.

Tempos e contratempos

Os calendários sempre estiveram ligados à busca de melhor conhecimento e domínio do tempo. Na sua elaboração, pesaram igualmente fins políticos e religiosos. As mais antigas civilizações que elaboraram a escrita, elaboraram também calendários. Geralmente foram concebidos baseados nos movimentos da Terra, do Sol e da Lua, buscando indicar o início, duração, sucessão dos dias e das estações.

O Calendário Juliano

foi instituído no ano 46 antes de Cristo. Na época, o sistema adotado pelos romanos há pelo menos 300 anos acumulava uma série de defasagens. Para compensar os anos bissextos, os romanos encaixavam depois de fevereiro um mês de duração variável, chamado *intercalaris* (por vezes, devido a razões políticas e religiosas, esse mês não era observado). O imperador Júlio César decidiu pôr a contagem do tempo em sincronia com as estações, e determinou que o ano de 46 teria 90 dias a mais, eliminou o *intercalaris* e adicionou os dias do mês móvel aos outros meses fixos. Para igualar o ano romano (de 355 dias) ao ano solar (365 dias e seis horas, segundo o que se pensava na época – na realidade o ano solar tem 365 dias, 5 h, 48 min e 45,5 s.), César adicionou os dias a outros meses e criou o ano bissexto (fevereiro teria 30 dias, em vez de 29, a cada quatro anos para eliminar a "sobra" de seis horas do ano solar). Mas os sacerdotes interpretaram a seu modo a ordem de César, e criaram o ano bissexto a cada três anos, em vez de a cada quatro.

No século VI, já com o domínio católico em boa parte do mundo, o papa João I determinou ao monge Dionysius Exiguus que preparasse uma cronologia cristã da história, baseada no mito do nascimento de Jesus. Até então, os acontecimentos eram datados a partir da legendária fundação de Roma (*ab ub condita – auc*), que seria o ano zero *auc*. Exiguus resolveu que a Jesus nasceu em 25 de dezembro de 753 *auc* e foi circuncidado oito dias depois, ou seja, 1º de janeiro de 754 *auc*. Nessa data, teria início a Era Cristã. Portanto, passou a ser 1º de janeiro do ano 1. Com a sucessão dos anos, ocorreu a possibilidade da celebração do nascimento e da morte de Jesus ocorrerem no mesmo dia.

Em outubro de 1582, após mais de 1.500 anos de vigência do antigo Calendário Juliano, o papa Gregório XIII o substituiu por decreto. A quinta-feira, 4 de outubro, foi seguida pela sexta-feira, 15 de outubro de 1582. O Calendário Gregoriano,

mesmo gerando controvérsias entre astrônomos, foi promulgado por Roma e adotado imediatamente pela França, Itália, Espanha e Portugal. A mudança de calendário foi uma necessidade para adaptar a contagem do tempo aos dogmas católicos. A Páscoa – celebração do mito da morte e ressurreição de Cristo – estava quase coincidindo com Natal – a data adotada como nascimento de Jesus. Os livros sagrados dos católicos indicavam, entretanto, que Jesus teria sido crucificado na primavera do Hemisfério Norte (na última dezena de março). Era preciso adequar a contagem do tempo às celebrações religiosas. O astrônomo Cristóvão Clávio foi chamado pelo papa Gregório XIII para elaborar o ajuste.

Ao ser convocado para a tarefa de elaborar a nova medição do tempo, Clávio estava ciente que os movimentos da Terra, do Sol e da Lua não são simultâneos. Um calendário que utilize ao mesmo tempo a rotação da Terra em torno de si mesma (dia), da Lua em torno da Terra (cerca de um mês) e da Terra em torno do Sol (o ano) é sujeito a defasagens. Não existe uma relação aritmética simples que harmonize esses movimentos.

Diante dessa dificuldade, o Calendário Gregoriano foi elaborado sem nenhuma referência à Lua e tendo como base de unidade a rotação da Terra em torno do Sol, o ano. Várias mudanças técnicas foram instituídas, dentre elas a perda de 10 dias de outubro, no ano de 1582, para que o equinócio da primavera no Hemisfério Norte coincidissem os dias 20 ou 21 de março. A data do equinócio era uma referência para a celebração da Páscoa (um dia de lua cheia durante o equinócio da primavera). Como a cada 130 anos havia uma diferença de um dia, Clávio determinou que os anos terminados em 00 só seriam bissextos (um dia a mais em fevereiro) se divisíveis por 400 (assim, 2000 foi bissexto, ao contrário de 1700, 1800 e 1900). Os nomes dos meses permaneceram os anteriores: *Janeiro* deriva de Jano, deus romano bifronte das portas

que se fecham e se abrem: uma cara significa o tempo que passou e a outra o tempo que começa. *Fevereiro*, deriva da palavra latina *februa*, que se referia aos festivais romanos da purificação. *Março* deriva do deus da guerra, Marte e era o primeiro mês do ano. *Abril* deriva de *aperire* ('abrir'), porque é a estação (primavera no hemisfério norte) na qual começam a se abrir os casulos. *Maio* deve seu nome a Maia, a deusa romana da primavera e do cultivo. A origem do nome *Junho* é duvidosa. *Julho* foi uma homenagem a Júlio César – era o quinto mês do

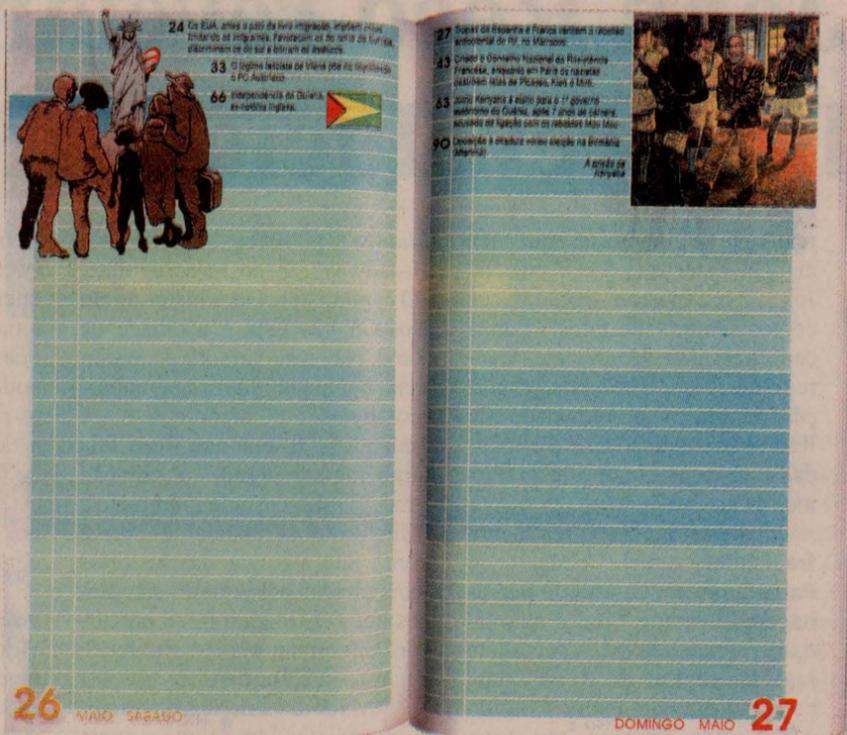
ano no calendário romano e, por isso, chamado de *Quintilis*. Agosto chamava-se *Sexilis* e é uma homenagem a Caio Júlio César Otávio Augusto. *Setembro* deriva da palavra latina *septem*, que significa sete. Outubro, como revela o seu nome (em latim *octo*, 'oito'), era o oitavo mês do antigo calendário romano. *Novembro* era o nono mês (em latim, *novem*) de um ano composto de 10 meses. Dezembro, do latim, *decem*, que significa dez. Apesar de ser o décimo segundo e último mês do calendário gregoriano, o nome se conservou. O papa ainda antecipou o início do ano, de 25 de março, como era então aceito, para 1º de janeiro, coincidindo com o início da Era Cristã.

Países que não aceitavam a supremacia da igreja romana relutaram em acatar a nova contagem do tempo. O calendário judeu é o mesmo desde cerca do ano 900. É o calendário oficial do Estado de Israel. O ponto de partida da cronologia hebraica é o ano 3761 a.C., a data da criação do mundo, conforme interpretação do Antigo Testamento. O calendário judeu é lunar e solar, baseado em meses lunares de 29 e 30 dias quase sempre alternadamente. Outro calendário religioso é o islâmico, usado em quase todos os países muçulmanos. É calculado a partir do ano 622, o dia posterior à hégira, ou a partida de Maomé de Meca para Medina. O ano islâmico tem 12 meses lunares.

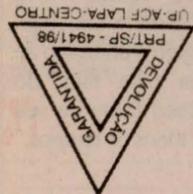
A Alemanha e a Suíça, que proferiam o protestantismo, só adotaram o Calendário Gregoriano em 1700: a Inglaterra e suas colônias, só a partir de 1752; o Japão, em 1873; o Egito, em 1875; a China, em 1912; a Turquia, em 1917. A Rússia só adotou o novo calendário pelo decreto de 31 de janeiro de 1918, já no governo de Lenin (é por isso, por exemplo, que a Revolução de Outubro de 1917 ocorreu, pelo calendário atual, em 7 de novembro...).

Como Dionysius Exiguus, no século VI, não incluiu o ano zero na sua cronologia, o fim do ano 1 antes de Cristo (aC) foi sucedido pelo ano 1 depois de Cristo (dC). Daí, os séculos começam no ano 1, e não no ano zero. As comemorações de fim de século do ano passado tiveram unicamente objetivos comerciais. Portanto, neste 1º de janeiro tem início o primeiro século do novo milênio.

Adquira a Agenda do Século Rebelde (R\$ 22,00 o exemplar) fazendo o pedido para a Livraria Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, CEP 10323-010, São Paulo, SP, fone 11 289 1331, correio eletrônico anita.garibaldi@uol.com.br



Dia a dia, mais espaço para anotações e compromissos



IMPRESSO



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA